

Grupo CLACSO Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina

Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas

Profa. Dra. Silvia Helena Simões Borelli (PUCSP)
Profa. Dra. Rose de Melo Rocha (ESPMSP e PUCSP)
Profa. Dra. Rita de Cássia Alves Oliveira (PUCSP)
Profa. Dra. Lucia Helena V. Rangel (PUCSP)
Prof. Dr. Marcos Rodrigues de Lara (PUCSP)¹

Introdução

Esta investigação, sob a responsabilidade da supracitada equipe brasileira de investigadores e sediada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), tem por objetivo analisar novas práticas políticas juvenis no Brasil, considerando a crescente relevância de variados acontecimentos estético-culturais como locus possível de ação política na contemporaneidade. Fundada em uma demarcação histórica – marcos e acontecimentos relativos às décadas de 1960 a 2000 –, o trabalho se organiza ao redor de quatro eixos (previstos no protocolo teórico-metodológico do projeto original), assim como de uma reflexão recém incorporada, referente à condição política e cultural dos “jovens indígenas” no Brasil. Os quatro eixos encontram-se assim definidos: campo teórico (marcos da produção acadêmica sobre juventude); políticas públicas (marcos de produção de uma legislação para a juventude); acontecimentos estético-culturais; consumo, mídias e culturas juvenis. Compete a cada eixo a construção de cartografias capazes de responder pela questão fundamental que conecta esta proposta ao grupo mais abrangente da CLACSO: quais são as práticas políticas – novas e originais – de jovens e coletivos juvenis na América Latina? Cada um dos eixos apresenta uma explicitação teórica e metodológica, uma análise dos dados coletados e uma avaliação de tendências gerais e singulares sobre a temática. O embasamento teórico conceitual está fundamentado na noção de “acontecimento” aqui problematizada de forma sintética no diálogo entre as perspectivas de Michel de Certeau e Jesús Martín-Barbero.

Para tanto, retoma-se primeiramente a síntese de Luce Giard (1994:11-12) para que se explicito o sentido atribuído por Certeau (1994) à noção de acontecimento:

Este novo papel social nasceu de sua [Certeau] surpreendente capacidade de analisar, ao vivo, entre maio e setembro de 1968, o turbilhão dos “acontecimentos” [...] apresentou desse tempo de incerteza uma leitura acolhedora da mudança [...] Procurou não propor soluções, nem apresentar

¹ A equipe de investigação é composta, ainda, pelas bolsistas de iniciação científica (PIBIC/CNPq/ PUCSP) Ana Carolina V. Laguna, Ariane Aboboreira, Maria Carolina Fernandes; pelo mestrando Daniel Bittencourt Portugal e pelo assistente de pesquisa Lucas Bonini (ESPMSP).

diagnóstico definitivo que encerrasse o futuro, mas, sobretudo compreender o que estava acontecendo. Toma por objeto não a espuma dos dias, o desconcerto e a confusão do discurso político, as lamentações de uns, as censuras dos outros, mas o sentido oculto daquilo que, mais profundo, e ainda misterioso, se manifesta essencial em uma grande confusão de palavras.

E, em seguida, assume-se o contraponto de Martín-Barbero (2004:85) que alerta para os cuidados que os pesquisadores devem tomar para que o acontecimento histórico não se perca nas armadilhas da consagração, do sucesso, da casualidade:

[...] o acontecimento é o que pertence por natureza a uma das categorias bem claramente delimitadas pela razão histórica – o político, o social, o científico, o literário, o internacional, o nacional, o local etc. – e, portanto, aquilo que está inscrito em alguma das rubricas do diário; o sucesso seria o contrário: o inclassificável desde o ponto de vista da história, aquilo que o azar, a casualidade se confunde com a causalidade.

Considera-se, ainda, o cotidiano e as experiências vividas como indicadores privilegiados na compreensão da política e dos conflitos sociais, econômicos e políticos, dentro do campo cultural. Assume-se, com Antonio Gramsci (1986) e Raymond Williams (1992; 1997), uma concepção de cultura como forma particular de vida e de conflito, como práticas simbólicas de resistência e contestação, presentes em todos os aspectos da vida cotidiana; aí se incluem as atividades artísticas e intelectuais, os produtos culturais e suas formas de produção e de apropriação e as negociações e lutas pela constituição das hegemonias.

Nesse sentido, o que aqui se propõe não se reduz à elaboração de um mapeamento quantitativo, evidente ou “casual” desta produção, mas a metodologia está baseada na construção de uma cartografia qualitativa, em busca de algumas “razões históricas” capazes de responder por oscilações e descentramentos teórico-conceituais: que concepções de juventude se apresentam nesta linha do tempo? Que “espíritos do tempo” marcam, em cada momento de uma “história em movimento” (Morin, 1984: 166; 167; 184), as afirmações e os estigmas que fizeram dos jovens e das juventudes um tema e um problema a ser deslindado? O objetivo é permitir que esta cartografia explicita as múltiplas noções de juventudes construídas nas dinâmicas da história brasileira, assim como sinalize os principais temas que permeiam esta categoria social quando analisada em suas singularidades.

1. Campo teórico no Brasil: marcos da produção acadêmica sobre juventude

O objetivo é analisar a produção acadêmica sobre juventude no Brasil entre os anos 1960 e 2000. A metodologia adotada supõe uma varredura nos acervos² das principais instituições de ensino e pesquisa, historicamente legitimadas como campos de produção intelectual no Brasil (Bourdieu, 1988).

A produção sobre juventude nos anos 1960 mostra-se estreitamente conectada à militância estudantil, e os jovens são reconhecidos, questionados e/ou legitimados pela sociedade, como um segmento fortemente participativo. Presentes e inseridos nas práticas políticas cotidianas, os jovens foram, ainda, protagonistas de um leque variado de ações culturais que marcaram o período e o transformaram em referência emblemática para a história político-cultural do país. Referendados e inseridos na reflexão dentro do campo acadêmico, os jovens emergem, hegemonicamente nesta década, como sujeitos sociais ativos e são concebidos como potenciais agentes políticos de um processo de intervenção e transformação, em uma sociedade em crise. Nota-se que a tendência do debate no Brasil acompanha a reflexão sobre o papel da juventude em muitas partes do mundo; e não é a toa que maio de 1968 passa para a história como um grande acontecimento mundial. Trabalhos como de Octávio Ianni (1963) e Arthur Poerner (1968) reforçam esta perspectiva de compreensão e endossam a noção de uma juventude de vanguarda que atua politicamente organizada em movimentos estudantis.

Esta juventude, tida como transformadora da história, é também analisada por Marialice Foracchi (1964 e 1972) que atribui ao jovem o caráter contestador das condições políticas, econômicas e culturais do país; tal responsabilidade histórica é fomentada por uma sociedade em crise, que vive densas transformações; neste contexto, os jovens seriam os mais suscetíveis às contradições inerentes às mudanças, assim como os mais atingidos pelas incertezas, que tornam também

² Banco de Dados Bibliográficos USP (DEDALUS): <http://www.usp.br/sibi/biblioteca/frame.htm>; Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações: <http://bdtd2.ibict.br>; Bibliotecas PUCSP: <http://biblio.pucsp.br>; Biblioteca Digital UFSC (Rede Pergamum): http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UFMG: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações UFRJ (Sistema Minerva): <http://www.minerva.ufrj.br>; Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>; Catálogo Bibliográfico IEB: www.ieb.usp.br; Cathedra (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Unesp): http://unesp.br/cgb/int_conteudo_imgcentro.php?conteudo=562; Editora Fundação Perseu Abramo: <http://www.efpa.com.br>; Google Acadêmico: <http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>; Reposcom (Repositório Institucional Intercom e Portcom: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>; Revista Científica Eletrônica: <http://www.scielo.br>; Sistema de Bibliotecas UNICAMP (SBU): <http://www.unicamp.br/bc/>.

vulneráveis as instituições encarregadas de sua socialização, entre elas, a família e a universidade.

Nota-se que, nestes trabalhos, já se pode ver esboçada uma crítica recorrente no pensamento intelectual brasileiro, nesta e nas décadas subseqüentes: crítica contundente a um modelo de “sociedade moderna” proposto, desde o golpe militar de 1964, e consolidado nos sucessivos planos de modernização e desenvolvimento dos muitos anos de ditadura. Daí resulta, em especial, a expansão das indústrias culturais e dos mercados de bens simbólicos em todo país que envolve, particularmente, os campos das telecomunicações, estratégicos para a sustentação do padrão de modernização. Boa parte da produção acadêmica brasileira segue, neste momento, a tradição da “teoria crítica” e a denominada Escola de Frankfurt torna-se um importante referencial teórico-conceitual para a produção do conhecimento na época; e textos de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin passam a ser traduzidos por editoras que tiveram um importante papel nesta atmosfera de modernidade crítica e contestadora.

Na década subseqüente, 1970, permanece a associação entre a noção de juventude e a condição de estudante. Alguns jovens pesquisadores – em seus mestrados e doutorados, nas áreas de Ciências Sociais, Serviço Social e Psicologia – passam a problematizar, por exemplo, os jovens e as mudanças nas condições de sociabilidade proporcionadas pelo ingresso na vida universitária (Azevedo, 1978); jovens inseridos nos processos de urbanização das grandes cidades (Whitaker, 1979); a representação social e a mudança comportamental, relacionadas à rebeldia e à negação da condição adulta; o mapeamento de preconceitos e pré-juízos responsáveis por uma usual concepção negativa e estigmatizadora da juventude (Orsini, 1977); a juventude oscilando entre o comportamento radical e o conformista (Gouvea, 1971).

Uma das tendências que emerge ao final da década de 1970, e que acaba por constituir-se como hegemônica na consolidação do estado da arte dos anos posteriores, vincula-se à percepção de que a juventude passou a viver na apatia e na alienação, depois de anos de efervescência política participativa. Reverbera nas análises sobre jovens, aquilo que marcaria uma tendência para identificar a década como um todo: anos 1970, de vazio político e cultural, de carência de participação, de ausência de projetos de intervenção e projeção para o futuro, imprescindíveis na cadeia de acontecimentos da década anterior.

Um dos grandes marcos responsáveis pelo redirecionamento da análise sobre jovens e juventudes, no final da década, encontra-se no trabalho de Luciano Martins (1979) que propõe

um descentramento no rumo da reflexão; questiona o que considera a mitificação da juventude universitária dos anos 1960 e aponta para o esvaziamento dos movimentos estudantis diante da truculência do regime militar. O objetivo é estabelecer articulações entre as noções de autoritarismo, alienação e carência de consciência crítica; em outras palavras, indagar como uma parcela de jovens aderiu aos movimentos contraculturais – cujos fenômenos mais expressivos foram, para Martins, o culto às drogas, a desarticulação do discurso e o modismo psicanalítico – como forma de rejeição ao autoritarismo: diante do Estado autoritário, os estudantes já não se apresentam mais como sinônimo de sujeitos políticos de transformação da realidade social e passam à condição de jovens sujeitos caracterizados pela alienação.

Em um novo registro de referências destaca-se a temática da consciência crítica, em investigações como a de Maria Célia Paoli (1985), que atribui à decadência dos movimentos estudantis uma recusa às formas tradicionais de representação e de participação política; e complementa – e isto merece destaque! – indicando para a possibilidade da emergência de novas práticas políticas, coletivas ou não; na perspectiva de Paoli, a ação juvenil deslocava-se do ambiente universitário para as experiências cotidianas e a vida cotidiana inseria-se no debate acadêmico como lugar da ação política e como alternativa de transformação social.

No mesmo sentido, Gonzaga Motta (1986) analisa a hipótese de que o desinteresse da juventude pelo sistema possa ser reputado como uma forma de ação consciente e política de crítica social e não como manifestação de alienação juvenil; considera, ainda, o deslocamento da ação política em direção às intervenções próximas a suas vidas cotidianas, uma forma de expressão.

Aqui se esboça, como um marco inicial do descentramento da perspectiva teórico-conceitual sobre juventude, um diagnóstico que indica para a necessidade de que sejam repensados os sentidos atribuídos às práticas e participações políticas; assim como assinala para a conveniência de que se reconsidere, em novos patamares, as articulações entre a política e a cultura, o político e o cultural. Talvez seja possível supor a existência de ressonâncias, no campo intelectual brasileiro do período, tanto da reflexão de Antonio Gramsci, assim como dos estudos culturais ingleses (Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward P. Thompson), que começam a ganhar legitimidade e a permitir que se estabeleça o diálogo, no Brasil, com os pressupostos do marxismo britânico e de seus percussores, intelectuais da *New Left*.

A fragmentação temática e conceitual a respeito da juventude, instaurada a partir dos anos 1980, pode ser sinteticamente resumida pela busca obsessiva de uma resposta sobre a participação

política dos jovens, ou melhor, sobre as razões de sua ausência. Historicamente, os movimentos contraculturais e o Estado autoritário apareceram como responsáveis pelo afastamento dos jovens da política e pela fragmentação da juventude em agrupamentos juvenis: grupos, bandos, tribos, culturas, coletivos. A produção acadêmica revela um deslocamento dos jovens dos espaços mais institucionalizados de ações políticas, para formas de subjetivações e aderência às micropolíticas do cotidiano.

Na esteira desta fragmentação destaca-se o trabalho de Antonio Bivar (1982) que elege os *punks* como sujeitos e objeto de reflexão e foca na “explosão da fúria” atribuída ao desencantamento dos jovens com as esferas econômica e política; associa estas práticas juvenis às ações de guerrilha, com suas atitudes provocantes que resultam em uma profunda desordem social e comportamental.

Reaparece, também neste momento, e sob nova roupagem, a categoria analítica da resistência. As pesquisas sobre juventude se voltam para os novos agrupamentos juvenis, com o objetivo de compreendê-los e de qualificar os possíveis sentidos do resistir. Janice Caiafa (1985) torna-se pioneira desta vertente ao analisar os *punks* na cidade do Rio de Janeiro, suas aglutinações em “bandos” e fortes relações com as sonoridades e ornamentos, criteriosamente selecionados com o propósito de “chocar”.

Para além da resistência, as inúmeras alternativas de atuação do segmento juvenil mesclam diversão, afirmação de identidade e formas de expressão; e é na emergência de grupos juvenis como *punks*, metaleiros, *rappers*, *darks*, rastafáris, *funkeiros*, entre outros, que os investigadores focam suas análises e buscam elucidar as multifacetadas opções de participação juvenil.

Comportamentos e estilos juvenis, tidos como contestadores, permanecem nas tendências das pesquisas dos anos 1990. Helena Wendel Abramo (1992 e 1994) desenvolve dois trabalhos acerca dos novos agrupamentos juvenis, com foco na noção de “tribo” e em manifestações coletivas de caráter crítico e de intervenção nos espaços públicos. Márcia Regina da Costa (1993) analisa os *skinheads*, procurando qualificar o sentido das contestações, aliadas à constituição de identidades coletivas e, em especial, à violência, diretamente conectada à condição da vivência grupal. Observa-se, entretanto, que os significados atribuídos à crítica e à contestação neste período, não são os mesmos imputados aos jovens dos anos 1960 e 1970. É importante frisar, neste contexto, a influência de Michel Maffesoli (1987) – que entra no Brasil no final da década

de 1980 – e o diálogo assumido por alguns pesquisadores brasileiros com as noções de tribalismo, redes de sociabilidade e socialidade.

Na década de 1990, encontra-se um acontecimento que merece destaque³: o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo e o fenômeno dos “caras-pintadas” (1992), movimento capitaneado também por agrupamentos juvenis que, pela negação a um modelo de governabilidade, em especial às práticas de corrupção, ocuparam as ruas ao som restaurado das músicas de protesto, originárias do repertório de contestação juvenil dos anos 1960. O fenômeno dos “caras-pintadas” propicia que se retome, no campo da reflexão acadêmica, a já clássica oposição entre juventude apática e alienada e juventude portadora de potencialidades de transformação, apta a ameaçar a estabilidade social; é possível observar, mais uma vez, que o fazer político, pelas vias institucionais, volta a ser temporariamente o eixo articulador na definição das práticas juvenis.

Como em todos os acontecimentos, entretanto, há sempre variadas interpretações. Alberto Tosi Rodrigues (1993) atribui um sentido diferente do anterior às mobilizações dos “caras-pintadas”; não considera que elas possam situar-se, especificamente, sob a responsabilidade do movimento estudantil por avaliar que este acontecimento resulta da configuração de um estado particular do sistema político, em um contexto de conjunturas fluídas, propiciadoras de mobilizações em massa, cujos atores sociais pertencem a diferentes extratos sociais, para além dos jovens urbanos. Assim como Rodrigues, Ann Mische (1997) não atribui ao movimento estudantil, estes mesmos acontecimentos de 1992, mas detecta a emergência de uma nova consciência de cidadania, base de constituição de novas identidades juvenis, para além da condição estudantil, hegemônica nas décadas anteriores.

Observa-se na década de 1990 uma intensa e diversificada produção acadêmica relacionada à temática juvenil; as novas produções buscam abordar as inúmeras formas de atuação dos jovens refinando e particularizando uma multiplicidade de recortes que passam a ser analisados. Reaparece a preocupação com as formas de resistência juvenil e a valorização das micropolíticas, neste cotidiano multifacetado, todas contribuindo para a emergência de uma concepção de juventudes no plural; é importante destacar o papel das etnografias efetivadas com coletivos juvenis, preocupadas em delimitar os lugares ocupados pelos jovens na cultura e na sociedade e suas formas de participação política e cultural.

³ Este acontecimento será retomado nos demais eixos teórico-metodológicos no decorrer de todo o trabalho.

As noções tradicionais de rebeldia e rebelião, freqüentemente associadas à juventude das décadas de 1960 e 1970, se fragilizam diante da percepção da pluralidade de subjetividades emergentes; os coletivos juvenis, seus códigos, estilos, modos de vida, evidenciam-se como dimensões fundamentais para a compreensão das vivências juvenis. É neste cenário, entretanto, que a produção e as apropriações artísticas e culturais dos jovens, ausentes como temáticas nas décadas anteriores, se manifestam no campo acadêmico, associada a uma concepção de resistência juvenil⁴. A resistência, portanto, pode ser também artística e cultural, e não apenas política, em seu sentido particular. Ou, colocado em outros termos, redefine-se os contornos e sentidos atribuídos ao político e à política.

Os jovens e suas relações com o mundo do trabalho destacam-se por seu alto grau de incidência e por seu caráter paradoxal e diversificado. Em uma primeira polarização, distingue-se, de um lado, uma abordagem que preconiza que adolescentes e jovens necessitariam permanecer na escola e manter-se afastados da perspectiva profissional e da inserção prematura no mercado de trabalho; devem quanto muito preparar-se para esta inclusão, de forma gradativa, sem abandonar sua trajetória educacional. Por outro lado, e em especial para jovens em condições de subalternidade, nota-se uma pressão familiar e social inevitável por esta mesma interposição antecipada, pois ela torna-se garantia de sobrevivência imediata do coletivo familiar de pertença, assim como indicador preciso para futuras escolhas profissionais. Entretanto, esta tensão entre necessidade imediata e/ou aparelhamento gradual para o mundo do trabalho não se restringe apenas a jovens das classes subalternas: o desemprego, a ausência de qualificação/especialização ou mesmo as precárias condições de empregabilidade tornam-se uma sombra que assola jovens de diferentes classes sociais, neste mundo globalizado, em que a exclusão e a desigualdade pesam mais que a inclusão e a pertença.

Do ponto de vista dos jovens, a garantia de presença no mercado de trabalho pode significar autonomia, descolamento familiar, independência. Danielly dos Santos Queirós (1999) demonstra, todavia, que os valores que os jovens incorporam ao longo do seu processo de socialização, no ambiente familiar e fora dele, vinculam-se às cobranças relacionadas aos projetos de vida e a uma possível autonomia, que somente o ingresso no mundo do trabalho poderia garantir.

⁴ Interessante incorporar ao estado da arte, o balanço teórico e conceitual realizado por Freire Filho (2007), sobre as múltiplas “reinvenções da resistência juvenil”.

A articulação entre trabalho e juventude é abordada por Maria Aparecida Lealdini Tedrus (1996), e particularizada para experiências de trabalho nas ruas, como resposta a uma necessidade de sobrevivência imediata; Tedrus analisa, baseada em relatos de campo, casos particulares de jovens que foram para as ruas e viveram três momentos: ida, permanência e saída; além disso, estabelece uma relação causal entre a vida cotidiana nas ruas, a violência e as drogas, mas também aponta para brechas possíveis de liberdade e de experiências “mágicas de sociabilidade”. De maneira distinta, encontra-se o trabalho das pesquisadoras Felícia Reicher Madeira e Alicia Bercovich (1992) que se destacam na temática, pela conexão estabelecida entre juventude, trabalho e consumo; em outras palavras, avaliam a hipótese de que as inserções precoces dos jovens no mercado de trabalho os transformariam, cedo demais, em consumidores padronizados. A questão do emprego é ainda abordada pela perspectiva da sobrevivência e pela qualificação de situações em que jovens buscam qualquer alternativa de emprego/subemprego capaz de responder pela carência e, inúmeras vezes, pelos limites da privação. Ana Cláudia dos Santos (2008) analisa um conjunto de trajetórias trilhadas por jovens ora para ganharem a vida ora, ainda, para manterem-se vivos. Esta linha de investigação é reforçada por Marisa Feffermann (2006) que analisa o mercado informal e seus possíveis obstáculos, privilegiando como objeto de estudo o cotidiano de jovens trabalhadores no tráfico.

Trabalho e educação mantêm-se historicamente vinculados; muitas vezes revela-se uma concepção de educação restrita à via de acesso ao mercado de trabalho; educação entendida não como formação, ampliação de repertório, lugar do estabelecimento de relações e situações sociais para a aquisição de novos saberes, mapeamento sobre os melhores parceiros para aprender, mas, educação como mediação pragmática de “promoção” à condição de trabalhador. Tiago Lopes de Oliveira (2008) questiona as exigências sociais e educacionais para que os jovens ingressem no mercado de trabalho; indaga-se, ainda, sobre a eficácia da dinâmica de consolidação dos resultados, levando-se em conta a relação pressupostos/expectativas. A educação associada ao mundo do trabalho constitui-se em tema de investigação também para Dirce Maria Falcone Garcia (2002); o objetivo foi analisar as relações travadas entre práticas e representações de jovens que, simultaneamente, trabalham e estudam; os resultados apontaram para a existência de uma extrema heterogeneidade, quando tratadas as variadas projeções e expectativas destes jovens referidas às perspectivas de vida e as trajetórias juvenis agregadas a fatores sociais e individuais. Vale reiterar a legitimidade adquirida pela temática que relaciona “educação e trabalho”, neste

contexto, apresentando conclusões recentes de pesquisa realizada, com jovens de 15 a 19 anos, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o objetivo do trabalho é comparar, em diferentes países, “o nível adequado de educação e o alcance ao trabalho bem remunerado”. Os resultados indicam que, no Brasil, 71,6% dos jovens “não têm um nível adequado de educação para conseguir um trabalho bem remunerado”. (Craide, 2008).

Um forte vetor nas investigações que abordam a questão educacional supõe a escola como lugar privilegiado de análise; os jovens não são propriamente os protagonistas destes estudos, mas incluem-se no contexto analítico porque são eles os sujeitos de habitam as escolas, transformadas, elas sim, em objetos de estudo. Carlos Augusto Callegaro (2007) aponta para a existência de uma “cultura da escola” que resulta, ao mesmo tempo, da soma entre o repertório que os jovens adquiriram fora da escola e a ela agregam, e a forma como (re)processam estas referências em benefício de sua própria formação. Em contrapartida Vanilda Ferreira Carneiro Pereira (2007) se propõe a debater questões relacionadas à identidade cultural juvenil, ao analisar o papel da Folia de Reis na vida cotidiana de jovens estudantes; conclui pela ausência de diálogo entre o ambiente escolar e a cultura popular, em que jovens e escola se encontram imersos.

Marília Pontes Sposito (1992, 1997, 1999, 2002) constitui-se em importante marco na produção acadêmica sobre educação e juventude, em especial, no campo das políticas públicas; com vasta produção na área, sua abordagem é ampla, com variadas entradas e perspectivas; elas objetivam aprofundar as interfaces entre jovens e educação e relacioná-las, entre outras variáveis, às formas de inclusão e exclusão, à violência e ao controle no ambiente escolar e as saídas possíveis, que demandam do Estado, uma nova postura, tanto em relação às políticas para a juventude, como a projetos e serviços públicos dirigidos à transformação de inadequados modelos educacionais.

Nos anos 2000, a cultura *hip hop* merece destaque, por combinar manifestações artísticas e culturais com um forte caráter contestatário e por atrair a atenção de vários pesquisadores que buscam compreender o movimento, sob diversos olhares e perspectivas. O *hip hop* aparece aliado à questão educacional (Tânia Maria Ximenes Ferreira, 2005); como potencializador de identidades (Sandra Regina Adão, 2006); vinculado ao desemprego (Marília Patelli Juliani de Souza Lima, 2006), entre outras abordagens. Distingue-se por contemplar, nas periferias das metrópoles, o protesto político, as subjetividades, as inserções/exclusões sociais e as novas formas de ação política, mesclada às ações culturais.

O trabalho de Edmur Antonio Stoppa (2005) analisa a forma por meio da qual se processa a organização e as ações dos coletivos de *hip hop*, com base na análise dos sentidos atribuídos ao lazer e às perspectivas de inserção social, abertas aos membros das comunidades. Stoppa levanta a hipótese de que estas novas formas de organização podem ser traduzidas como brechas abertas aos espaços de lazer e à participação sociocultural efetiva para inúmeros jovens, atualmente excluídos: eles se tornam protagonistas desta “cultura de rua”, ampliam seu capital cultural e denunciam, por meio da arte e da cultura, a falta de atenção das políticas públicas a contingentes sociais determinados. Célia Amália Lodi (2005) ressalta a emergência de agrupamentos que se manifestam por meio de projetos culturais e que se tornam marcos atuais de uma nova ordem social e política. Salienta que, o *hip hop*, e seus diversificados modos de expressão, legitimam os coletivos envolvidos, garantem voz a jovens excluídos e se configuram em alternativas de apropriação e recriação da cultura e da política, no mundo globalizado e excludente.

Regina Novaes (2002), outro expoente no campo da produção acadêmica sobre jovens e políticas públicas, também transforma o o *hip hop* em tema de análise e o considera como uma forma de expressão cultural que atua na interface com as esferas políticas, que perpassa as relações com o mercado, os gêneros, a questão racial, entre outras mediações.

É importante ressaltar que a construção desta cartografia se depara, a todo o momento desta cadeia intermitente de acontecimentos – em especial, para os anos de 1990 e 2000 –, com uma série de coletâneas que reúnem pesquisadores que tratam dos mais diversos desafios relacionados aos jovens, grupos, segmentos, culturas e coletivos juvenis. Tais coletâneas proporcionam o diálogo entre inúmeros pesquisadores, elucidam e reforçam tendências para conceber as juventudes no plural, despertam interesses e valorizam as experiências juvenis como prioritárias no contexto analítico. Alguns dos organizadores destes trabalhos, por exemplo, têm por objetivo: detectar o lugar ocupado pelos jovens em um contexto de contemporaneidade fluída (Sposito e Peralva, 1997); focar em perspectivas e hipóteses de trabalho sobre os comportamentos juvenis (Abramo, Freitas e Sposito, 2000); articular, politicamente, a relação entre jovens e cidadania (Novaes, Porto, e Henriques, 2002); relacionar a condição juvenil e as forma de sociabilidade no trabalho (Novaes e Vannuchi, 2004); mesclar investigadores de diversas áreas para contemplar perspectivas distintas de produção, recepção, consumo e modos de ser e de viver de jovens e das culturas juvenis em grandes centros urbanos (Borelli e Freire Filho, 2008).

2. Juventude brasileira nas décadas 1960 - 2000: políticas públicas

Este eixo metodológico guarda sua importância no fato de ser, pela via das políticas públicas, o caminho legal que a sociedade civil tem de exigir de seus governantes ações objetivas de apoio às questões sociais. O foco desta observação histórica encontra-se na busca da composição de um mosaico representado pelas ações legais e políticas dos vários governos que assumiram o poder central no Brasil ao longo das últimas cinco décadas. O objetivo é o de identificar uma trajetória possível para a composição do conceito de juventude em nosso país que faça sentido sob as análises sociais dos determinados momentos políticos. Temos aqui um claro interesse em identificar, na construção deste conceito, alguns significados para a formação da sociedade brasileira. A ênfase conceitual deste estudo é colocada nas relações das forças políticas e nas manifestações sociais capazes de moldar novos ambientes coletivos (Morin, 1997; Canclini, 1995; Martín-Barbero, 2001; Williams, 1992; Bourdieu, 1986). Para a metodologia de reconstrução e leitura dos vários ambientes históricos deste período foram montados bancos de dados referentes às leis e projetos oficiais em relação ao tema da juventude. Eles apresentam as leis e os projetos completos com destaque aos artigos referentes ao tema, apontando tratamento, benefício, beneficiário e beneficiado.

A construção social do conceito de juventude é, na verdade, uma luta histórica cujo percurso é marcado pelos vieses e contrapontos que bem caracterizam as lutas dos diversos grupos sociais na defesa de seus direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, no Brasil, a incorporação da juventude como tema específico de ação governamental, centrada na formulação de políticas públicas, é recente e pouco consolidada.

Por essa razão, a maior parte do período estudado é caracterizada pela ausência de ações governamentais que tivessem como objetivo uma figura social de direito identificada como sendo “o jovem”.

Obviamente que a inexistência de políticas públicas claramente estabelecidas, tanto nos objetivos como nas práticas, não anula a existência de camadas sociais que respondem a determinados estímulos quando motivadas. No período empreendido entre as décadas de 1960 e 1980, a juventude era lida como a camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade. Retomando a noção de “acontecimento” abordado por Certeau (1994) e por Martín-Barbero (2004), pode-se estabelecer os desdobramentos dessa primeira leitura do conceito de juventude em quatro etapas históricas, cujas atenções políticas estão

intimamente ligadas às constituições dos ambientes históricos, sendo elas: 1) ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1970); 2) controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); 3) enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); 4) inserção laboral⁵ de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Historicamente vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz conviver, em qualquer época, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direito. Os jovens por vezes são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? As formulações das políticas públicas específicas que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade; decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública.

Ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1970)

Neste período a juventude era lida como a camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade. As orientações das Políticas Públicas neste período estavam todas ligadas ao campo da Educação, principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, objetivando a reestruturação do ensino e a ampliação das vagas nas universidades. Foi nesse período que ocorreu o grande boom no número de Instituições de Educação Superior (IES) no país e a consolidação estrutural da educação privada, responsável, hoje, por 70% das vagas oferecidas.

Controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985)

O grande marco de ruptura política do período acontece no ano de 1964 com a tomada do poder pelo regime militar em um golpe de estado que vai impor novas lógicas de atuações sociais e políticas a todo o conjunto da sociedade.

Como dissemos, a juventude era lida como a camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade. Essa juventude ganha espaço na cena política pelo

⁵ Respeitado o preceito da ilegalidade do trabalho formal para menores de 18 anos, muitas atividades de formação dirigidas aos jovens têm a finalidade de prepará-los para a inserção no mercado de trabalho o mais rapidamente possível, ampliando suas condições de entrada e permanência.

seu engajamento nos movimentos estudantis, dos trabalhadores, nas atividades dos partidos políticos ou nos movimentos da contracultura que apoiavam ou combatiam a ditadura militar. Nesta lógica de atuação política, a juventude passa a ser vista pelos governos militares, principalmente pela sua capacidade de mobilização e resistência, como foco de atividade revolucionária a ser combatida e controlada.

Na rotina da vida dentro deste ambiente político são várias as atividades e os campos que se oferecem como possibilidades de combate ao regime militar e à lógica de mercado capitalista que ele representa. Muitas são as batalhas travadas nas ruas das grandes cidades protagonizadas pelos estudantes universitários, muitos são os sindicatos que se mobilizam em movimentos de greve, as universidades se transformam em campos de ação política de luta aberta contra o regime. Estudantes universitários pegam em armas contra o regime e adotam práticas terroristas contra o sistema tais como assalto a bancos na busca de formação de fundos para suas atividades clandestinas e seqüestro de diplomatas para negociações internacionais de troca de presos políticos.

Como resposta, o regime militar articula o desmanche das organizações estudantis como UNE e UMES, tendo nelas, claramente a figura do inimigo do regime. Seus líderes são caçados, presos e deportados. As instituições são legalmente extintas e fisicamente demolidas. As universidades são controladas, invadidas e administradas de fora. O corpo docente sofre pesadas punições através de demissões, prisões, exílios e controle do trabalho com eliminação de significativas atividades de pesquisa no país nos mais diversos campos.

As artes se apresentam como uma das poucas possibilidades de manifestação ainda possível para esse coletivo, embora sob forte vigilância. Os festivais universitários, a música, o teatro e o cinema passam a representar uma possibilidade, ainda que estreita, de manifestação intelectual da e para a população universitária. Sua maior angústia é ampliar essa possibilidade para as camadas mais populares da sociedade, que se encontra sob pesado controle policial.

O regime militar, através de seus 17 Atos Institucionais⁶ do período, recrudescer a violência aos jovens, o combate aberto se desarticula, as lideranças estudantis e políticas são exiladas, a economia cresce e a sociedade imerge no período de maior obscurantismo político de sua história.

⁶ Referência ao total dos Atos Institucionais como o arcabouço legal no qual o regime militar apoiou a maior parte de seus atos de exceção, mesmo que nem todos tenham como objeto jurídico a juventude estudantil.

Enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000)

Com o processo de redemocratização do país e o fim do regime militar (1984), a sociedade civil organizada inicia movimentos por políticas públicas que atendessem principalmente as parcelas da população jovem que viviam em situações de vulnerabilidade ou risco social. A sociedade civil brasileira passa a ter olhares não só para as categorias sociais oficialmente constituídas, mas também para aquelas até então ignoradas ou marginalizadas. Alguns exemplos desses sujeitos de direito são os meninos de rua, os favelados, os analfabetos, os indígenas, dentre outros.

A grande conquista dos movimentos sociais nesse sentido é registrada pela nova Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988 onde, pela primeira vez, é expresso o reconhecimento do “jovem” como ente social e político, detentor de direitos. Outro fruto destas pressões sociais foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. O Estado assume a tarefa de incluir socialmente o jovem e de descriminalizá-lo.

Importante salientar que muitas dessas lutas sociais por Políticas Públicas mais efetivas não tiveram sucesso, principalmente no período de 1985 a 1994, pela grave crise econômica vivida pelo país que tinha a capacidade de colocar em segundo plano todos os demais problemas sociais. Com a estabilização da economia, em 1994, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) começa a por em prática muitas das demandas sociais. Infelizmente esse é um período de total desarticulação entre os programas sociais que tinham por finalidade executar as Políticas Públicas de um governo que se apresentava como mais social.

Nesse governo, que durou 8 anos (1994-2002), foram dirigidos ao público jovem 45 programas federais, 131 ações vinculadas a esses programas federais, em 18 ministérios e secretarias distintos e sem vinculações entre si, quase todos eles entregues à execuções de ONGs com fraca fiscalização de aplicações de recursos, metodologias e resultados.

Inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)

O que se pode perceber analisando o grande número de projetos lançados desde o governo FHC é que as preocupações das Políticas Públicas se agruparam em quatro grandes áreas: trabalho, educação, saúde e artístico-cultural.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o tema “juventude” vem sendo dirigido sob o foco da organização e da centralização dos projetos. Já no primeiro ano de governo (2003) foi lançada a Comissão Especial da Juventude com o objetivo de elaborar o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional da Juventude. Esta Comissão deu origem ao Grupo Interministerial da

Juventude (2004-2005), proporcionando a integração governamental do tema que, por sua vez, deu origem ao Conselho Nacional da Juventude e à Secretaria Nacional da Juventude. Pela primeira vez se estabelece legalmente a faixa etária entre 15 e 29 anos para a definição de jovem no Brasil.

O Projovem, nos campos social e laboral, e o Prouni, no campo da Educação Superior, foram os dois grandes programas escolhidos por esse governo para centralizar as ações iniciais dirigidas ao jovem. Juntamente com esses dois programas, outros 17 programas⁷ fazem parte do Guia de Políticas Públicas de Juventude que orienta as ações do governo federal voltadas para a juventude.

3. Jovens indígenas

A categoria “jovens indígenas”⁸ pode ser considerada em transição ou em construção, na realidade brasileira atual. Se for considerado o ponto de vista interno às sociedades indígenas, em cada ambiente social, observam-se categorias de idade que variam estrutural e culturalmente, e se manifestam por meio de uma diversificação bastante relevante. Num mapeamento do estado da arte pode-se constatar que os estudos antropológicos e as etnologias produzidas em campo não resultaram em um conhecimento específico sobre a juventude, porque esta não se revelou como classificação social específica. No entanto, os estudos demonstram que as segmentações por idade são afeitas ao status social que os indivíduos adquirem ao longo da vida, chegando a seis ou sete categorias etárias em muitas sociedades.

Desde os estudos clássicos de Bronislaw Malinowski e Margareth Mead, entre outros, destaca-se a importância da compreensão dos processos de socialização e educação como componentes intrínsecos aos processos de formação da pessoa e dos sujeitos sociais ativos que compõem as categorias de idade e suas respectivas responsabilidades sociais. Neste sentido, a importância dos rituais de iniciação constitui o marco principal de passagem da infância para vida adulta que coincide com o casamento e a fixação das responsabilidades produtivas e reprodutivas; assim, por exemplo, os jovens casados, apontados em diversos estudos, indicam a mulher que inicia sua vida reprodutiva e o homem que se torna guerreiro.

⁷ Praticamente todos os outros programas criados no governo FHC, e que não fazem parte deste guia, continuam em atividade e podem ser notados nas ações específicas dos Ministérios ou Secretarias que os acolheram, sem que façam parte da política oficial do governo federal para a juventude.

⁸ Esta reflexão estabelece diálogo com algumas investigações em andamento, entre elas, Vitti (2005), Castro Pozo (2008), Villela (2008).

No contexto atual esses jovens adultos freqüentam escolas nas aldeias, tornam-se professores, agentes de saúde, agentes ambientais e passam a participar do movimento indígena, assumindo postos de direção nas organizações políticas e nas associações que administram projetos econômicos de auto-sustentação. É neste contexto que a noção de juventude encontra-se em formação e passa a assumir um perfil específico, em especial no trato com os elementos sociais e políticos da realidade brasileira atual.

Neste início do século XXI a demanda por escolaridade tem sido um dos fatores que mais contribuem para a construção de uma concepção de jovem indígena. A escolarização nas aldeias e nas escolas próximas a estas e nas diversas regiões do país, aliada a política de cotas nas IES, são fatores que mobilizam desejos, impellem à migração para as cidades e criam categorias diferenciadas nos contextos sociais tradicionais. Uma questão que se destaca é como esses jovens, especialmente os universitários, passam a “representar” essas populações tradicionais e seus vínculos familiares, na medida em que protagonizam ações representativas de suas comunidades.

Por outro lado, a migração para as cidades já é fenômeno consolidado há várias décadas. Neste sentido, o jovem indígena urbano, nascido nas cidades e em suas periferias, ou mesmo o migrante recente, inserem-se como estudantes, trabalhadores ou estudantes-trabalhadores, compartilhando o mundo cultural e o estilo de vida próprios da cidade. Neste contexto aparecem como jovens, como outros; mas, como porta-vozes dessa nova emergência, poderão estar mais próximos ou mais distantes de suas raízes culturais.

No contexto urbano a população indígena tornou-se invisível, tanto aos olhos da sociedade, quanto aos olhos e cuidados do Estado. A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) órgão responsável pela proteção e assistência ao índio não os reconhece e não possui nenhuma política específica para a população indígena que vive nas cidades. No último Censo Demográfico (IBGE, 2000), dos 703.000 auto declarados indígenas, 52% vivem em áreas urbanas, daí a dificuldade dessa população em reivindicar os direitos que a Constituição Federal concede aos indígenas. E não há, também, uma política desenvolvida para o jovem indígena. Algumas ONGs já iniciam um trabalho específico com jovens indígenas, mas são poucas e isoladas – no Mato Grosso do Sul, Bahia e Amazonas – e não configuram uma atenção especial em termos de políticas públicas.

Mas é no contexto urbano que o jovem indígena pode “usufruir” de sua invisibilidade, ocultar sua origem, indiferenciar-se, por vergonha de pertencer a um povo indígena e para escapar ao racismo e à violência que são característicos das atitudes e comportamentos dos brasileiros em relação aos índios. Neste ponto, apresenta-se a primeira contradição que afeta o jovem indígena: por exemplo, para que usufrua da política de cotas nas universidades deve assumir sua condição de indígena e para isso tem de abrir mão de sua invisibilidade.

A cidade de São Paulo possui uma das maiores populações auto declaradas indígenas, em números absolutos, do Brasil. São 11.000 aproximadamente no município de São Paulo e 33.000 (IBGE, 2000) na Grande São Paulo, invisíveis ou aparentes, vindos de diversas regiões do país, especialmente do Nordeste, do interior do Estado, além dos autóctones.

A capital paulista possui três aldeias Guarani, autóctones, localizadas duas na periferia da zona sul e uma na zona norte da cidade. As outras etnias presentes são Pankararu, Atikum, Fulniô, Pankararé, Potiguara, Terena e Kaingang. Todas elas atuam no movimento indígena e participam do Conselho Indígena do Estado de São Paulo. Outras etnias se fazem presentes, como Krenak, Xavante, Tucano, Tuiuca, cujos jovens vem para estudar, além de outras ainda não identificadas.

São Paulo tem sido espaço para expressões culturais indígenas: há uma editora formada por indígenas, que publica obras de escritores indígenas; há grupos de dança e canto; venda de artesanato em cerâmica, cestaria, madeira e bijuteria; apresentações em escolas e feiras.

No entanto, parece ser mais comum que vida dos jovens indígenas na cidade grande não seja diferente de outros jovens, em seus hábitos, gostos e estilos. Sua inserção como indígenas ainda depende de vencer muitas barreiras colocadas pelo preconceito e pela invisibilidade.

4. Juventude brasileira, acontecimentos e marcos estéticos e culturais entre 1960 e 2000

Os principais acontecimentos e marcos estéticos e culturais que evidenciam a presença e o protagonismo juvenil por um lado e, por outro, a ressonância que tenham tido sobre os jovens e as culturas juvenis são investigados sob uma perspectiva histórica. A ênfase principal encontra-se na cultura como prática cotidiana e experiência vivida (Williams, 1992) que envolve a produção e o consumo de bens culturais (Certeau, 1994; Canclini, 1995), assim como a dimensão sensível que compreende a apreensão e a representação dessas experiências cotidianas (Martín-Barbero e Rey, 2001). Estes aspectos são centrais para o entendimento do jovem contemporâneo e também dos processos de constituição do protagonismo das culturas juvenis do ponto de vista da

produção e apropriação culturais, das transformações políticas e sociais que se atrelam aos jovens por meio da música, teatro, cinema, literatura, arte urbana, usos do corpo, modas, etc. Considera-se ainda a importância da cultura e da estética nas práticas políticas e na construção da cidadania juvenil (Reguillo, 2003). A metodologia de constituição dessa cartografia parte da busca pela recuperação das experiências cotidianas, das práticas juvenis e da voz dos jovens no contexto político brasileiro a partir de levantamento e análise da bibliografia e outras fontes como filmes documentários, reportagens, obras de ficção literária, *sites* e acervos museológicos.

Os resultados da investigação apontam que nos anos 60 as mobilizações políticas atrelaram-se à cultura. O Centro Popular de Cultura (CPC) visava formar no trabalhador brasileiro uma consciência revolucionária e nacionalista por meio da música, teatro, cinema e literatura. Envolvendo toda uma geração de estudantes, investiu também no desenvolvimento da produção artística de ação política de esquerda. Tropicalismo e passeata se confundiam nos anos 60, as pessoas eram as mesmas. As passeatas multiplicavam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro. O ano de 1968 foi marcado por diversas manifestações públicas contra o regime militar e o movimento estudantil seguia se organizando e sofrendo a forte pressão policial. Na “batalha da Maria Antonia” estudantes de filosofia da USP enfrentaram violentamente os alunos do Mackenzie e integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Os conflitos acentuaram-se, as diferenças ideológicas aprofundaram-se.

O cinema brasileiro repercutiu de maneira contundente nos jovens mais engajados politicamente; os filmes de Glauber Rocha propunham uma nova estética de experimentação radical de linguagem - das quais a câmera na mão foi o elemento mais significativo - e abordavam temáticas vinculadas ao povo e à denúncia social. No plano musical o Tropicalismo envolveu a juventude brasileira de forma marcante e original, re-introduzindo a reflexão sobre o caráter da cultura brasileira; a Jovem Guarda, vinculada à televisão, representou a versão nacional da energia rebelde do *rock and roll*, introduzindo no Brasil a cultura pop e criando os primeiros ídolos jovens do país. Os festivais de música, associados às emissoras de TV, mobilizavam a juventude dos anos 1960 de forma barulhenta e conflituosa; a sonoridade das guitarras, encarada como elemento estrangeiro, causava polêmica e passaram a compor o debate político da época. Na cena teatral do final dos anos 1960 busca-se romper com a postura passiva e tradicional de teatro para provocar o público, tornando-se referência aos jovens engajados na denúncia e na busca de mobilização social.

As modificações comportamentais apontam para as mudanças na relação com os corpos. A chegada da pílula anticoncepcional promoveu uma ruptura e uma transformação no comportamento dos jovens dos anos 60. A sexualidade passou a ser vivida de um modo intenso e inusitado, marcada pela experimentação e o desejo de não reproduzir o padrão de relacionamento paterno. As mulheres, especialmente as jovens, sentiam-se agora donas do seu próprio corpo; tabus como a virgindade e pudores começavam a ser questionados. A moda trazia novos ares àquela juventude, incorporando o vestuário antes associado apenas ao movimento hippie e seu principal traje: jeans e camiseta apontavam estilos de vida mais livres e menos opressores; ligavam-se ao culto ao corpo, à busca da sensualidade mais espontânea e à postura de crítica em relação à ostentação capitalista. As minissaias e os biquínis reforçaram o processo de emancipação feminina, liberdade e autonomia.

Na década de 1970 as mobilizações políticas, bastante atreladas aos movimentos estudantis, enfatizaram a resistência à ditadura militar. Parte dos jovens do movimento estudantil envolve-se na guerrilha urbana embalados pelos ideais socialistas, inspirados pela revolução cubana. Alguns deles, muito jovens, sequer tinham tido sua primeira namorada e já estavam inscritos em alguma organização (Dias, 2004). A LIBELU, abreviação de "Liberdade e Luta", corrente do movimento estudantil dos anos 70, era uma combinação de política e comportamento; o trotskismo convivia com o rock e o uso de maconha. Esses jovens discutiam Walter Benjamin, Adorno e Foucault; anulavam seus votos, freqüentavam cineclubes e os bares paulistanos, admiravam os surrealistas e passavam os carnavais na Bahia assistindo os shows de Gilberto Gil e Caetano Veloso (Dias, 2004).

A sensibilidade *musical* dos jovens dos anos 70 experimentou a diversidade. Ao lado da música popular brasileira de inclinações hippie, a *Onda Disco* – de *Discotheque* – envolveu parte considerável da juventude dos grandes centros urbanos marcada por excentricidades, excessos na moda e a emergência do consumo de cocaína, cara e considerada *chique* (Carmo, 2003). Na periferia do Rio de Janeiro a música *black* começava a abarcar milhares de jovens, em sua maioria, negros e pobres, com o *funk* e *soul music*; acompanhando esse fenômeno *musical* toda uma geração incorporou cabelos afro, visual e estilo que constituíram a identidade negra e juvenil brasileira. A poesia marginal circulava de mão em mão em livrinhos da *Geração mimeógrafo*: grupo de poetas que editavam seus trabalhos com recursos próprios e em pequenas tiragens; uma produção artesanal vendida pelas mãos dos próprios autores em bares, ambientes universitários,

praias, portas de cinema e teatro que compunha as pequenas resistências culturais cotidianas naqueles anos de ditadura militar. O mercado editorial passa a fazer parte do cotidiano juvenil de forma marcante. A *Revista Pop*, especializada em comportamento jovem, apresentava críticas sobre bandas e shows de rock, abordava temas como sexo, novidades musicais, moda, aparelhos de som, sugestões de LPs, livros, carros e motos (Carmo, 2003). No auge da ditadura o jornal *O Pasquim* foi o mestre no novo tipo de comunicação que pressupunha a leitura das entrelinhas para se entender o significado; representou uma revolução cultural para aquela geração por meio do seu humor crítico.

As modificações comportamentais dos anos 70 têm um ícone, Leila Diniz; estrela do cinema nacional e da TV; tornou-se símbolo da emancipação feminina e da liberação dos costumes. Nesta ruptura com os padrões sexuais, homem podia "experimentar" homem, mulher com mulher e todos com todos. Frente ao conservadorismo e ao controle imposto pelos militares, esta era uma forma de disputa simbólica para os jovens que não aderiram à luta armada ou ao movimento estudantil (Dias, 2004). A camiseta refletia a moda unissex que emergia associada à ambigüidade sexual; homens e mulheres usavam cabelos longos e roupas de cores vivas, calças boca de sino, jeans manchado e apertado. Os *hippies* assumiram a preferência pela revolução comportamental à política por meio de suas roupas, adereços e consumo de drogas associado à libertação da mente e à experimentação; emergia a vida em comunidade vista independência da casa paterna, a adoção de um estilo de vida mais natural, comida vegetariana e macrobiótica, prática de meditação e ioga, negação das bebidas alcoólicas e preferência ao uso da maconha, ácido e cogumelos; críticos do consumismo capitalista fugiam das cidades grandes, apenas de mochila, pedindo caronas, acampando e no litoral brasileiro.

Os anos 80 foram acompanhados pela decadência dos movimentos estudantis; os jovens passaram a recusar as formas tradicionais de representação, vislumbrando a possibilidade de novas práticas políticas coletivas. No início da década a campanha popular a favor do voto direto para presidente da República contou com apoio de diversos setores da sociedade e ocupou as ruas em passeatas em clima de esperança; vestindo camisetas verde-amarelas com os dizeres: "Eu quero votar para presidente", milhares de jovens participaram de manifestações inusitadas para a época, como os barulhentos painéis e buzinaços. Emergiu uma ação juvenil que se deslocou do ambiente universitário para a experiência cotidiana, agora transformada em instância de ação política e de transformação social (Paoli, 1985).

Ao contrário da geração anterior que preferia a música popular brasileira com letras de protesto, a geração pós-abertura política preferiu o rock que despontou no cenário musical do país como um dos maiores acontecimentos da década envolvendo boa parte dos jovens brasileiros. Esse rock trazia a visão de mundo de uma juventude urbana crescida sob o regime ditatorial e que enfrentava a crise das utopias e dos grandes ideais sócio-políticos que se perdiam no horizonte. A abertura democrática proporcionava a absorção rápida de uma infinidade de novas informações antes bloqueadas. O cotidiano aparece, então, como o lugar de expressão dessa nova sensibilidade (Guerreiro, 1994). Surgiram inúmeras figuras juvenis, as chamadas "tribos", verdadeira explosão das identidades juvenis globalizadas; estes gregarismos ancoravam-se fortemente nas dimensões estéticas que os constituíram, principalmente música, roupas e acessórios, produção dos corpos e cores (Maffesoli, 1987). O movimento *punk* consolidou-se nas grandes cidades brasileiras composto, em sua maioria, por jovens dos subúrbios e periferias que se sentiram atraídos pela agressividade dos sons, imagens, idéias e visual de rua dos grupos *punks* da Inglaterra; as idéias anarquistas popularizaram-se entre os jovens. Outro gênero musical globalizado, o *rap*, fixou-se inicialmente em São Paulo colado às produções americanas; aos poucos foi ganhando as cores locais, incorporando versos e rimas em português e a percussão com latas; desenvolveram-se interesses dirigidos a Malcon-X e aos Panteras Negras; o Movimento Hip Hop Organizado reunia grupos de praticantes das artes do movimento (dança, música e graffiti) para difundir os ideais do *hip hop* e constituir resistência à violência policial (Borelli e Freire Filho, 2008). Os jovens das periferias protestavam por meio de suas músicas, roupas e cabelos. Surgiram os primeiros adeptos do movimento *dark*, derivado do pós-*punk* e dos góticos; vestindo preto, reuniam-se em cemitérios, à noite, para conversar, tocar violão, beber vinho e recitar poesias. Uma parcela da juventude negra na cidade de Salvador, na Bahia, adotou o estilo rastafári; o corpo e, sobretudo, os cabelos transformaram-se em elementos distintivos na adoção de uma identidade negra brasileira. Os *skinheads*, musculosos e carecas, vinham dos subúrbios e exibiam sua violência quando agrupados, ocupando as páginas dos jornais com sua agressividade e preconceito.

O uso da cocaína ampliou-se e acentuou-se entre os jovens nas festas e danceterias, especialmente entre aqueles com autonomia financeira. A maconha continuou a compor o cotidiano juvenil, principalmente entre os universitários. A contaminação por HIV atingiu os jovens; com temor da contaminação as expressões e práticas de convívio afetivo como “amizade

colorida” ou “relacionamento aberto” começam a perder sua força. A força política da liberação sexual sofre uma drástica retração; a preocupação com o corpo incorporou as atividades nas academias de ginástica e a moda voltada para esse segmento. A cultura de rua emergiu nas grandes metrópoles, protagonizada por jovens grafiteiros e pichadores; na descompressão da abertura política surge uma geração de jovens artistas invadiu os espaços públicos com suas tintas e referências mundiais; jovens das periferias começam a explicitar os conflitos derivados dos usos do espaço urbano espalhando suas assinaturas por toda a cidade; os dois movimentos foram tratados como casos policiais e, por meio da estética, o espaço urbano passa a ser disputado e questionado por estes jovens (Oliveira, 2007).

Nos anos 1990 o movimento estudantil ressurgiu com força por meio dos “caras-pintadas”, amplas mobilizações juvenis dotadas de forte apelo estético que ocuparam as ruas de São Paulo para protestar contra a corrupção no governo, terminando por constituir-se em poderosa força na destituição do presidente Fernando Collor de Melo de seu cargo.

O *rap* consolidou o caminho para o retorno da música de protesto. Os adeptos desse novo gênero buscaram, em suas letras, fazer críticas sociais retratando o cotidiano e as dificuldades dos jovens de periferia. O *rap* o auge de popularidade com o grupo Racionais MCs, formado por jovens da periferia de São Paulo que se recusavam a aparecer na grande mídia por uma posição ideológica e mesmo assim venderam mais de uma milhão de cópias de seu CD. Nos subúrbios cariocas a *black music* ganhou cores locais com o *funk*; milhares de jovens reuniam-se nos fins de semana na intensa excitação nos bailes *funks*. A música eletrônica invadiu a vida juvenil e diversificou-se em várias vertentes; o uso do *sampler* acentuou a apropriação de trechos de músicas alheias e de sons cotidianos. Este gênero encontrou os tambores regionais no movimento Mangue Beat, expressão musical e comportamental de jovens de Pernambuco que rapidamente expandiu-se pelo país. Como um tropicalismo revisitado, este movimento renovou a música e a moda brasileiras fundindo cultura local e global, passado e presente, tradicional e contemporâneo num resgate inusitado da cultura popular e da identidade nordestina daqueles jovens.

O comportamento de parte da juventude nos anos 90 buscava o prazer individual que considerava o único possível; os *clubbers*, apreciadores da música eletrônica, incorporaram um estilo próprio de se vestir, destacando-se pelos adereços bastante coloridos e pelo uso de *piercings* e tatuagens; o *ecstasy*, droga sintética, era o combustível indispensável proporcionando energia e vitalidade necessárias para as longas raves. Surgiram os cibermanos, *clubbers* vindos das periferias: muito

coloridos, usavam cabelos espetados, tênis *All Star* e muitos acessórios, improvisando e recriando a cultura *clubber* à seu modo; para chegar às festas, atravessam a cidade em transporte público - combinando trens, ônibus e metrô - ou em veículos fretados. Os *clubbers* de classe média, no entanto, sentiram que seu espaço estava sendo invadido pela periferia. Explicitava-se o conflito de classe entre os jovens; skatistas, *punks* e *skinheads* também protagonizaram estes conflitos. O uso de drogas acentuou-se drasticamente; o uso do *crack*, derivado da cocaína e muito mais letal e barato, expandiu-se principalmente entre as camadas mais pobres da população. Na contramão disso, surgiram os primeiros *straight edge* brasileiros identificados facilmente pelo X marcado nas costas das mãos. Descendentes do *hardcore* americano, seus preceitos e práticas estruturaram-se a partir da música com batidas pesadas articuladas às práticas ancoradas nas suas questões ideológicas: não bebiam nem usavam drogas por acreditarem que assim, sóbrios, poderiam propor alternativas para a sociedade capitalista; eram vegetarianos ou *vegans* pela crítica à exploração industrial e comercial dos animais. A década de 90 marcou também a explosão das intervenções corporais entre os jovens urbanos. Tatuagens e *piercings* deixam de ser associados à marginalidade, passando a representar os pertencimentos grupais, as individualidades, atualização frente à moda e autonomia com relação ao próprio corpo.

Nos anos 2000 os jovens brasileiros exibiram sua capacidade de organização e participação no contexto do novo século. Os encontros do Fórum Social Mundial mobilizaram milhares de jovens preocupados com as questões sociais mundiais; a marca destes encontros sempre foi a heterogeneidade dos participantes: grupos socialistas e coletivos anarquistas, movimento *gay* e feminista, os ecologistas radicais e o movimento estudantil independente. O movimento estudantil voltou a mobilizar os jovens universitários em 2007, mesmo que momentaneamente, por ocasião da ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo; experimentou-se um novo jeito de realizar as assembléias, sempre em horários incomuns, e uma nova forma de fazer política por meio da criação de um movimentado *blog*, realização de ciclos de palestras, debates, shows e projeção de filmes relacionados às greves e outras questões. Em 2008 um grupo de jovens organizou, sob repressão policial e proibição judicial, a Marcha da Maconha em dez capitais brasileiras; organizados num coletivo de mesmo nome, defenderam a legalização da droga, a reforma na legislação e a liberdade de expressão.

Nos primeiros anos do século XXI surgiram já globalizados, os *emo*, jovens embalados pelo *hardcore* melódico com letras românticas, jeito expansivo de demonstrar carinho em público e

inclinações homossexuais; foram motivo de gozação e manifestações de repúdio, muitas vezes violento, por parte de outros jovens e mesmo da polícia. Para além dos estilos e gregarismos juvenis, a sexualidade, a afetividade e os relacionamentos amorosos passaram a ser pautados pela efemeridade, descartabilidade e experimentação em ritmo frenético marcam relações rápidas, passageiras e descompromissadas; a sexualidade deixa de ser símbolo de rebeldia e transgressão e entra na lógica da contabilidade e do exibicionismo. As *lans houses* tornaram-se pontos de encontro entre jovens; ambientes predominantemente masculinos, elas possibilitaram a interação e a sociabilidade por meio dos jogos eletrônicos. Acentuou-se, nas grandes cidades, a frequência juvenil às academias de ginástica em busca de novos amigos e de um corpo “perfeito”. Estes locais de sociabilidade juvenil enfatizam a dimensão estética, o culto ao corpo e a mediação tecnológica. O computador e o telefone celular ocuparam posição central do universo juvenil contemporâneo. A internet permitiu o entretenimento interativo por meio dos videogames *on line*, dos sites de relacionamento, dos programas de conversa *on line* em tempo real e de compartilhamento de arquivos de músicas e vídeos. Os *blogs* e *fotologs*, ferramentas fundamentais na construção da individualidade, garantem a visibilidade das ações e sentimentos juvenis, a divulgação das suas produções culturais e expansão das redes de contato; estão quase sempre associados à busca por popularidade: quem possui mais comentários e visitas, possui mais amigos. O uso do telefone celular, esse “tele-tudo”, intensificou a sociabilidade por meio, principalmente, das mensagens curtas, verdadeira coqueluche entre os jovens. Ao lado desse uso individualista e social da tecnologia ampliou-se o uso político: o emergente ciberativismo passou organizar algumas ações juvenis, articular as discussões sobre o uso do espaço urbano e constituir atividades colaborativas em prol de *softwares* abertos, internet livre e compartilhamento de arquivos gratuitamente (Leão, 2004).

A visibilidade das culturas juvenis das periferias das grandes cidades foi ampliada, reconfigurando o espaço social por meio da produção cultural desses jovens. Os bailes *funks* cariocas, polêmicos, passaram a atrair também jovens de outras classes sociais e ganham legitimidade na imprensa e nos circuitos de diversão dos jovens universitários e de classe média. O *rap* extrapolou os limites das periferias e passou a ser um meio privilegiado de expressão e posicionamento juvenil diante da sociedade. Há, atualmente, uma verdadeira efervescência cultural protagonizada pelos jovens das periferias das grandes cidades; são formas de participação e intervenção social que envolvem pequenos estúdios, rádios comunitárias, produção

de fanzines, vídeos e saraus literários. A produção cultural torna-se ferramenta para a construção das identidades, a denúncia das mazelas da vida na periferia e, principalmente, para a mudança das condições.

Essa cartografia dos marcos estéticos e culturais articulados à juventude brasileira, entre as décadas de 1960 e 2000, considerou a presença de variadas redes de sociabilidade juvenis engendradas pelas práticas cotidianas, relações com as novas tecnologias, modos de ser e de viver em grandes centros urbanos e, principalmente, por suas produções estéticas e culturais, por vezes alternativas, por vezes à margem da cultura oficial e da indústria cultural. Em sua trajetória histórica salientou a forte relação entre a dimensão sensível e cultural do cotidiano juvenil e suas formas de participação social e política. Corpos, roupas, cabelos, sonoridades, narrativas, drogas, sexualidades, identidades e tecnologias formam as estruturas e os canais de inserção juvenil nas cenas de discussão sobre os espaços urbanos, o consumo, o empoderamento do próprio corpo, a diversidade cultural, as intolerâncias, a vida nas periferias, o acesso às tecnologias. Estas inserções, por vezes, aparecem como retrocesso em favor do individualismo, consumismo e hedonismo e, por vezes, deixam vislumbrar novas brechas de participação e cidadania neste complexo contexto metropolitano brasileiro.

A trajetória desta cartografia reitera e esmiúça os apontamentos resultantes da investigação realizada institutos IBASE/PÓLIS (2005)⁹ sobre os novos cenários de constituição da democracia, cidadania e participação política juvenis: esses cenários têm provocado alterações nas esferas da sensibilidade e da inserção na sociedade civil; a vida pública vem sofrendo mudanças substantivas, o que, conseqüentemente, transforma o processo de participação política. A pesquisa constatou que os jovens metropolitanos desejam participar, porém as formas de participação relacionadas ao Estado e a sociedade civil são percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos jovens investigados; verificou-se que a participação em grupos é uma experiência vivida por 28,1% dos jovens entrevistados, com mais frequência via grupos religiosos, culturais e políticos. Engajam-se em instituições que organizam a sociedade e controlam a atuação dos governos como partidos políticos, organizações estudantis, conselhos e

⁹ Investigação elaborada por dois importantes institutos de pesquisa brasileiros; a pesquisa *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final* (IBASE/POLIS, 2005) procurou compreender as formas pelas quais a juventude metropolitana brasileira, entre 15 e 24 anos, participa da vida pública. O objetivo foi subsidiar, por uma lado, a formulação de políticas, estratégias e ações públicas voltadas para os jovens visando a inserção do segmento juvenil no debate público; por outro, buscou apresentar caminhos privilegiados para a investigação da participação política dos jovens brasileiros.

ONGs; tornam-se voluntários em diferentes atividades como manutenção de escolas, recreação com crianças pobres e hospitalizadas, campanhas de doação de alimentos; praticam e fortalecem, principalmente, o direito à livre organização; formam grupos culturais (esportivos, artísticos, musicais etc.), religiosos, de comunicação (jornal, página na internet, fanzines etc.), entre outros, compartilhando idéias com outros jovens.

5. Consumo, mídias e urbanidade nos anos 1960 a 2000: políticas de visibilidade e construção do juvenil

Neste eixo de investigação, estruturado em torno da elaboração de grandes cartografias, são analisadas as relações estabelecidas entre fenômenos, produtos e processos de consumo e recepção cultural nos quais se possa identificar e mapear analiticamente indicadores da relação entre ação política, cultura do consumo e culturas juvenis. A cidade, o corpo, a cultura, a ação política, as práticas de consumo e os processos de subjetivação e representação juvenil são investigados, desde sua inserção em macro-contextos sociais brasileiros. Como base referencial para construir esta demarcação, é considerada sua dimensão qualitativa e quantitativa, definida pela significativa repercussão simbólica de acontecimentos que, em sua origem, estejam eventualmente delimitados espacial ou temporalmente, quanto por fenômenos que possuam já em seu início um caráter quantitativamente relevante.

Uma forte conexão é estabelecida entre este tópico de investigação e a análise apresentada no eixo “Marcos estéticos e culturais”, haja vista a assumida percepção do caráter político e comunicacional das interfaces estabelecidas, no Brasil, entre culturas juvenis, culturas do consumo e a crescente alocação do campo estético como lugar possível e efetivo de engajamento e ação política, via dinâmicas culturais. O olhar está direcionado, em função do escopo e da natureza desta pesquisa, para os cenários urbanos e midiáticos, concebendo-se a inextrincável interconexão entre visibilidade juvenil, consolidação de uma cena midiática nacional e emergência de atores e mercados culturais decisivos no modo de representar e vivenciar a juventude no Brasil. A título de exemplo, a centralidade da participação midiática na constituição e percepção do ser jovem poderá ser destacada.

Desde o universo do consumo e em suas interfaces com o campo midiático se apresentam e circulam conteúdos e formas culturais que efetivamente compõem o cotidiano juvenil, interferindo diretamente na produção de narrativas de si e na percepção das alteridades. A cultura do consumo e a cultura midiática participam dos processos de sociabilização e na promoção de

novas sensibilidades juvenis, seja no papel central desempenhado na construção e caracterização de representações bipolarizadas do juvenil (portadores e emblemáticas de um “ser jovem” belo e potente, de um lado, e temível, rebelde e violento, de outro) seja, igualmente, na apropriação, por parte dos próprios jovens, destes meios, gerando conteúdos e formas mais claramente identificados como “próprias”. Pensar no consumo e pensar o consumo implica assim investigar as possibilidades estéticas e éticas por ele engendradas.

Como proposto por Rocha (2008),

(...) assumir uma leitura essencialmente política deste perene casamento entre comunicação e consumo (...) inevitavelmente significa falar em mídia. Significa, ademais, defender uma concepção de mídia associada à percepção de seu inegável espraiamento social, seja enquanto prática concreta, seja como mecanismo simbólico, seja como sistema-mundo capaz de oferecer lógicas mediadas de percepção e ação cultural.

(...) Consumir, neste caso, é muito mais do que mero exercício de gostos, caprichos ou compras irrefletidas, mas todo um conjunto de processos e fenômenos socioculturais complexos, mutáveis, através dos quais se realizam a apropriação e os diferentes usos de produtos [e] serviços (...). (Rocha, 2008).

Como proposto em estudos anteriormente publicados pela CLACSO (Sunkel, 2002; Mantecon, 2002), o consumo será percebido na dimensão dos usos e recriações cotidianas assumindo, contemporaneamente, o lugar de espelho invertido a partir do qual os jovens aderem criticamente – ou rejeitam enfaticamente – o que se pode definir como a base de sustentação de um sistema capitalista de terceira fase, na qual a subjetividade é engrenagem mestra de toda uma dinâmica de sobreinvestimento cognitivo, produtivo e perceptual.

Analisando os dados obtidos na pesquisa histórica, encontramos que a passagem das décadas de 60 para 70 é um momento paradigmático na articulação entre culturas juvenis e culturas do consumo. Epifenômeno social e analítico assistem à inauguração de uma linhagem discursiva-social relevante, na qual as práticas, hábitos e bens de consumo, material e simbólico, tornam-se elementos decisivos na construção narrativa e na visibilização do que seria um modo de ser juvenil no Brasil.

Nestes termos, os jovens e as concepções de juventude a eles associadas nascem imersas em um caldo sócio-cultural bastante conflituoso e, ao mesmo tempo, fervilhante. Uma era de extremos, na qual a rebeldia como valor e a liberdade como ideologia circula com intensidade explosiva por manifestações da mais radical disparidade. A cena urbana dos “anos dourados”, potente imaginário social alentado ao longo da década de 50, é desbancada.

Aos jovens de 60 e 70 apresenta-se uma ruptura importante, materializada pelo que seria um verdadeiro “abandono do lar”. Uma renovação ímpar das fronteiras até então estabelecidas entre público e privado estava sendo anunciada. Enquanto alguns se assumiam como protagonistas deste novo cenário, outros dele se deslocavam. Visibilidade máxima convivendo com clandestinidade. A luta armada e, posteriormente, a guerrilha, são, sem dúvida, uma das expressões desta juventude que toma para si a missão de reinventar o mundo. O “desbunde”, o “sartar fora”, é para outros o caminho e a opção de vida. Violência política de um lado, violência urbana em ascensão. A repressão e o conservadorismo também mudam e ampliam suas roupagens.

O que fazer com esta rebeldia de mil faces desenhava-se como verdadeira questão – política – nacional. O terror de minissaias e fuzis. A maconha e o LSD convivendo com a ideologia anti-sistêmica: antidrogas, anticonsumo, antialienação. O engajamento político dos estudantes insurgentes no pós-golpe militar não parecia tolerante com os cuidados estéticos clássicos, mas tampouco forjava uma identificação pacífica com a estética contracultural.

As estratégias de enfrentamento e os meios de contestação eram vários. O pânico dos cabelos longos e os exercícios de liberdade que se faziam tipicamente juvenis tinham trilha sonora. E era variada: a liberdade comportamental nem sempre caminhava de mãos dadas com a defesa da libertação política. Interessa-nos, contudo, destacar a sincronicidade de tais fenômenos contestatórios e o quanto eles, exatamente por sua pluralidade, contribuíram para um deslocamento da apreensão idílica do juvenil como lugar do sonho e do encantamento pacífico.

Em 1960, Brasília, nova capital da República, é inaugurada. Um ano depois, Jânio Quadros renuncia, tomando posse João Goulart. Em 1964, ocorre o golpe militar, com Castello Branco assumindo a presidência do país, inaugurando um longo e conturbado período político, que se estenderia até meados da década de 80. Em, 1968, mesmo ano da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), é lançado o LP Tropicália, disco-manifesto do movimento tropicalista. Em 1º de setembro de 1969, é exibido, pela primeira vez, o primeiro telejornal em rede colocado no ar, o “Jornal Nacional”, da Rede Globo de Televisão.

Nunca, ou ao menos não tão intensamente, o corpo jovem se torna o centro de uma série de investimentos. Seja nas máquinas de guerra nas quais se converteram, via luta armada, uma infinidade de corpos juvenis, seja no frenesi da reveladoramente denominada Jovem Guarda, lá estavam esses jovens e suas corporalidades. E desde estes lugares muitas vezes se enfrentavam.

Como explorado por Brandão e Duarte (2004), ao citarem discurso de Caetano Veloso, no exato ano de 68, proferido durante uma das fases do III Festival Internacional da Canção, era via estética – e uma estética do corpo e com o corpo – que alguns destes então jovens artistas denunciavam o “patrulhamento ideológico e o conservadorismo político das esquerdas” (Brandão e Duarte, 2004:85).

Utilizando a propaganda como ferramenta analítica, agora relacionando-a à emergência do entendimento contemporâneo de “juventude”, é interessante notar, nos anos 60, a ausência de peças publicitárias direcionadas especificamente ao jovem. No Brasil, as primeiras propagandas dirigidas a este público aparecem no início da década de 70. E é interessante notar que grande parte destas primeiras propagandas faz referência clara e direta aos movimentos contraculturais que tiveram seu grande *boom* nos anos 60. Uma propaganda da *US Top* de 72, por exemplo, afirma que “liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”. A Pepsi entra no mercado com um paradigmático *jingle*, que levaria aos lares brasileiros, um pouco do espírito desse tempo, obviamente que em sua “tradução” midiática:

Hoje existe tanta gente que quer nos modificar
Não quer ver nosso cabelo assanhado com jeito
Nem quer ver nossa calça desbotada, o que é que há?
Se o amigo está nessa ouça bem, não tá com nada
Só tem amor quem tem amor para dar (...)
Nós escolhemos Pepsi e ninguém vai nos mudar.

O consumo aparece, então, como esfera privilegiada de diferenciação, apresentando-se como recurso eficaz na definição e mediação das identidades juvenis. E, também aqui, pode-se notar a imbricação – incorporada midiaticamente – entre juventude e contracultura: os discos mais indicados são os de *rock*, o vestuário incrementadíssimo é aquele derivado dos movimentos contraculturais e as “motocas” dispensam comentários. Os “comportamentos contestadores” são vendidos por toda a revista e, visualmente, faz-se referência à estética “psicodélica”.

Pode-se perceber na análise desta cena midiática que a emergência do público consumidor jovem – e, portanto, o próprio conceito de juventude como entendido hoje – está diretamente relacionada à incorporação dos movimentos contraculturais pela dinâmica cultural *mainstream* do consumo.

O *boom* dos movimentos contraculturais, na segunda metade dos anos 60, coincidiu, no Brasil, com a tomada de poder pelos militares, o que engendrou um cenário bastante peculiar. Temos,

assim, a convivência entre fluxos globais de cultura e de consumo – de bens materiais e simbólicos, de produtos e processos – e leituras locais muito específicas. Algumas, de evidente rejeição ao que se identificava como o triunfo do capital internacional, assumiam-se antimperialistas. Outros dialogavam fortemente com a contemporaneidade, sem excluir, com isto, uma inserção ou adesão mais imediata à cultura massiva hegemônica, especialmente àquela vinculada ao que se poderia identificar como um popular-massivo nacional, o animador Chacrinha capitaneando uma de suas mais perenes expressões. Encontramos também, como expressão de um massivo-cult, alguns dos primeiros investimentos televisivos no diálogo qualitativo com o público jovem, como no programa “Papo Firme”, conduzido por Nelson Motta, na Rede Globo.

Até a nomeação através da qual se definia parte das posturas contestatórias era curiosa: desbunde. Ana Maria Bahiana, em seu “pequeno dicionário do underground” (Bahiana, 2006:82) define o desbunde como “estado de estar fora do sistema, à margem, em negação à carece”. Aparentemente, a gíria “desbundado” foi inicialmente utilizada para designar aqueles que abandonavam a luta armada contra a ditadura. Nesta rápida digressão etimológica pode-se já perceber a complicada relação entre ditadura, resistência armada e contracultura no Brasil. A contracultura é um movimento “*drop out*”, isto é, pula-se fora do sistema, não há uma tentativa de alterá-lo como um todo. Ela surge, nos Estados Unidos, em resposta à guerra do Vietnã. Ela vem dos movimentos pacifistas e dos protestos estudantis, de manifestações onde se queimavam convocações militares para a guerra. E, assim, os “rebeldes” ficavam sem documentos, não podiam trabalhar etc. Eles realmente ficavam excluídos do sistema.

Na década de 70, a penetração expressiva de movimentos, produtos e imaginários internacionais e transnacionais, já presente na década anterior, se faz ainda mais impactante. Apesar de ter se tornado um clichê, ou, talvez, exatamente devido a isto, a expressão descreve bem o clima contracultural. O filme *Easy rider* (Sem Destino) – ícone da contracultura americana produzido, dirigido e estrelado por Dennis Hoper e Peter Fonda e lançado, nos EUA, em 69 – talvez pudesse ser resumido através dos três elementos em questão, desde que se explicita a causa maior à qual servem: liberdade. É preciso notar, entretanto, que, no Brasil, o mesmo tripé assume formatos um tanto diferenciados dos norte-americanos, representados no filme.

Nos anos 70, proliferam camisetas de bandas de rock, assim como cartazes para serem dispostos pelos jovens nos recém-adquiridos quartos – é somente por volta dos anos 60 que o quarto do

jovem na casa da família passa a ser considerado reduto individual, que o jovem pode decorar à sua maneira e utilizar como achar melhor. Canevacci vê esta mudança como um ponto crucial do novo modo “jovem” de ser:

Entre as primeiras “contestações” que caracterizaram a passagem dos anos 60 aos anos 70 existiu também este dúplice módulo da decoração interna e externa: para os jovens da época afirmou-se a dupla exigência de individualizar os espaços separados do próprio quarto e de fazer simetricamente o mesmo com os espaços privados do corpo. (CANEVACCI, 2008, p.111)

A “decoração interna e externa” é, mais do que a faixa etária, o que define o jovem como tal. Como coloca Beatriz Sarlo, “a juventude não é uma idade, e sim uma estética da vida cotidiana” (SARLO, 1997:36). O consumo, por sua vez, participa ativamente na articulação desta produção de si. Afinal,

[se] todo um ciclo de produção e reprodução social aí se efetiva, também é prudente investigar como, neste cenário, a lógica do capital interfere na produção de subjetividades e, igualmente, como sujeitos são capazes de intervir nos mecanismos característicos deste ciclo. (ROCHA, 2008).

Em 1972, dois anos antes da posse do general Ernesto Geisel na presidência do Brasil, Raul Seixas, ícone nacional de uma forma debochada, agressiva e escrachada de se fazer crítica ao sistema, lança seu LP *Krig-ha Bandolo!*. Em 1977 e 1978, as manifestações estudantis e os movimentos grevistas do ABC paulista ocupando a cena política. No mesmo período, os jovens “ganhariam” um carro ideal, o corcel, melhor ainda se dentro dele estivesse uma bela aparelhagem de som. Das ruas, os jovens iriam para as avenidas, das avenidas, ganhariam as estradas, muitas vezes “de carona”. A cocaína, droga da aceleração, também se populariza. O tráfico organizado começa a ganhar força.

Ao lado da liberação sexual feminina, a androginia como recurso estético entra em cena, tendo como paradigmática expressão, no Brasil, grupos como os “Secos e Molhados” e o “Dzi Croquettes”. A *Pepsi*, que nos anos 70, entra agressivamente no Brasil focando o mercado jovem, convive com o culto à macrobiótica. Esse jovem em trânsito recebe insumos significativos ao seu estilo-de-vida na conjunção consumo/tecnologia. A década de 70 é também a era dos *gadgets*, da possibilidade de carregar consigo pequenas engenhocas, como os *walkmans* e as câmeras super-8. As primeiras intervenções de pichações-poéticas tomam conta das ruas. O sucesso de filmes como “Apocalypse Now” convive com títulos como “Nos tempos da brilhantina” e com o apogeu do cinema erótico.

Se, inicialmente, nos anos 60 e início dos 70, o importante era quebrar esteticamente e politicamente com a ordem tradicional, com o passar do tempo, a “juventude” vai gradualmente

se integrando ao *mainstream* enquanto se segmenta em “tribos” cada vez mais díspares: no Brasil, na segunda metade dos anos 70, temos as tribos metaleira, disco, *ska*, *rasta*, *new wave*, *funk black*, surfista etc. Todavia, a despeito dos esforços mimetizantes e homogeneizadores, fica cada vez mais difícil sustentar um conceito único de jovem, a não ser que, como destacamos acima, apele-se para uma definição negativa: nem criança nem adulto. Na cena contemporânea, onde as “tribos” são um tanto mais abertas, permitindo a circulação e o conseqüente hibridismo, tal dificuldade só se agrava. E, podemos dizer, isto não é, por princípio, algo negativo.

Os anos 80 e 90, por sua vez, podem ser percebidos como cenários político-culturais nos quais os processos de redemocratização do país convivem com o recrudescimento do individualismo. A geração de jovens que, no início de 84, foi às ruas, vestindo verde e amarelo, para se engajar no movimento das *Diretas-Já*, era também a materialização, no campo comportamental, dos impactos da alardeada crise de paradigmas. O “pode tudo”, a sensação de uma liberdade já totalmente incorporada, caracterizava experiências paradoxais: o êxtase dava as mãos ao desencantamento, o tédio convivia com um hedonismo auto-centrado. Não por acaso, podemos falar de uma década, a de 80, que funda, no Brasil, a vivência da presentificação, acirrada pelos impactos da revolução microeletrônica, com a ascensão de um paradigmático bem de consumo – o computador pessoal.

Agora, o “desbunde”, o “sartar fora” é desbancado por um espetacular investimento nas tecnologias de si, caracterizadas, em uma de suas pontas, pelo encantamento místico. A gíria “viajar na maionese”, é sintomática desta experimentação. Os jovens reinventam seus modos de ser e de fazer ao ritmo do nascente videoclipe, expressão da cultura pop já sintonizada com um tempo de velocidade e domínio das formas, a aparência tornando-se um lugar efetivo de investimento e de sedução. Uma cultura pop eletrizante, mobilizando corpos e atitudes, agrega-se, agora, e com efeitos dramáticos, à estetização da violência no cotidiano urbano. Outras gírias juvenis sinalizam os impactos desta vivência conflituosa: os jovens de 80 adotam termos como “deprê”, “tomar Doril”, mas também investem no “detonar” e no “ficar”.

Se a MTV é um marco significativo desta nova paisagem sócio-cultural, os livros de auto-ajuda também irão se tornar uma febre nacional. O PT (Partido dos Trabalhadores) surge em 1980. O corpo juvenil, mantendo-se como campo de investimento, converte-se em espaço menos ideológico e mais performativo. Na mesma década, Marcelo Rubens Paiva, jovem escritor filho de um preso político assassinado pela ditadura militar, lança o livro *Feliz Ano Velho*, retrato desta

geração que herdava a um só tempo o *boom* da aceleração e a clara desconfiança em relação ao futuro. A música eletrônica entra em cena, ao mesmo tempo em que se nota a ascensão da canção pop, com uma infinidade de estilos e combinatórias. O primeiro *Rock in Rio*, reunindo 1 milhão de pessoas em 95, acontece em situação de sincronicidade com a queda do Muro de Berlim, em 1989. No mesmo ano Fernando Collor de Melo assume a presidência do Brasil, após 29 anos sem eleição. Seu *impeachment* é decretado em 92. Sete anos depois, surgiram os primeiros movimentos anti-globalização. Filmes como “De volta para o Futuro”, “Blade Runner” e “ET” compõem o imaginário de uma geração que, no Brasil, adota o modismo dos patins e do *walkman*, transformando em um verdadeiro mito a “maconha da lata”, referência ao famoso carregamento de latas de maconha que aportou, perto da praia de Ipanema, no Rio de Janeiro.

De um lado, o desencanto, de outro, o imperativo de obter, aqui e agora, satisfação, prazer e dinheiro. Cristalizando um modo de ser típica e conservadoramente bem sucedido neste contexto, temos “os *yuppies* (Young Urban Professional), uma geração de jovens executivos que não queria derrubar o sistema, estando mais interessada em ostentar, com bens de consumo, sua ascensão social” (Brandão e Duarte, 2004). A este modo de ser convencional e totalmente integrado, contrapunham-se segmentos juvenis vinculados ao campo musical e teatral, propagando um estilo de vida extremamente debochado e crítico, e, na realidade, já muito distante de um engajamento político tradicional. A política era uma postura de corpos, era, em certo sentido, uma política de subjetivação fundada na forma em um plano transestético, transexual e transpolítico, a “material girl” Madonna e o indefinível Michael Jackson como representantes mundialmente exponenciais deste enfrentamento construído desde o *mainstream*. No rock nacional, a urbanidade, as angústias e o radical mergulho na intensidade são temas constantes. A AIDS aparece como patologia dos corpos, devastando sua superfície e o sonho do sexo livre.

Nos anos 90, o boom da *body art* e do silicone reitera a centralidade do corpo como mídia. A revolução digital está definitivamente em emergência e consolidação. A Internet e o celular reescrevem o cotidiano e, mais ainda, oferecem reais ferramentas de reinvenção da socialidade juvenil. O ecstasy, sintético, estimulante, embala festas juvenis, nas quais todos estão juntos, e todos estão mergulhados em sua própria vertigem. Alguns jovens ficam “bombados”, tomando anabolizantes. Jogos de videogame, vários de base violenta, se popularizam. A cultura *underground* também ganha espaço, e movimentos inovadores como o “Mangue Beat” indicam um modo de consumir cultura que rompe as fronteiras tradicionais entre massivo, popular e

erudito. As raízes culturais tradicionais são mescladas à batida eletrônica e, cada vez mais, jovens podem fazer, com recursos acessíveis, suas próprias musicalidades. A retomada do cinema brasileiro dá visibilidade ímpar a ações de protagonismo juvenil. Não por acaso, muitas delas associadas à violência urbana. A mescla entre diversão e violência configura episódios e fenômenos de violência juvenis, rompendo fronteiras de classe.

Voltando-nos à contemporaneidade, nota-se que, no caso brasileiro, as materialidades advindas do consumo e dos meios de comunicação, em especial as de natureza tecnológica, compõem desde ao menos quatro décadas os modos de ser e de viver de inúmeros segmentos juvenis. Também se pode registrar a centralidade dos processos de visibilidade midiática na caracterização de modos de ser tipificados como juvenis, tanto no que diz respeito aos processos de produção e validação de representações e de promoção de estilos de vida, quanto na apropriação, por parte de segmentos juvenis, de conteúdos, formas e meios para produzir e divulgar ações de protagonismo comunicacional e cultural.

Ao lado das ressignificações das narrativas midiáticas e de consumo que se pode chamar de hegemônicas, encontra-se, em especial desde a década de 80, um largo espectro de apropriações alternativas destas dinâmicas, participando da construção de novas perspectivas de inserção sócio-cultural juvenil. No período contemporâneo é notável o impacto da viabilização de acesso a produtos e bens simbólicos articulados às novas tecnologias de comunicação e às manifestações culturais capitaneadas por grupos e coletivos juvenis. Também a indústria da moda tem participado na efetivação de marcos importantes para a afirmação de si e de identidades partilhadas.

Uma verdadeira rede alternativa de produção e consumo estético-cultural vem ganhando força, associada neste caso a grupos culturais-comportamentais específicos, de movimentos consolidados a movimentações culturais mais fragmentadas ou demarcadas temporalmente. Este quadro cultural comporta espaços de cristalizações e rupturas, não deixando de conviver com processos de exclusão e de criminalização de segmentos juvenis.

Vários meios de comunicação segmentados entram em cena, bem como a apropriação customizada de produtos das grandes indústrias – celulares e mp3s, por exemplo. Utilizações muito particulares de produtos massivos, desde os quais se desenham alternativas de produção e escuta, convivem com a apropriação de meios, linguagens e ferramentas da cultura tecnológica e da comunicação digitalizada. São inúmeras e plurais as apropriações do espaço dos *blogs* e dos

sites especializados por segmentos juvenis. Música, vestuário, modificações corporais, em todos eles se faz notar uma cultura juvenil que em certo sentido constrói uma rede paralela em relação às mídias, formatos e conteúdos massivos. Também importante é a miríade de produtos gráficos elaborados por jovens e seus coletivos. Incidindo, via ferramentas tecnológicas, no cerne decisório da sociedade global, os jovens passam a fazer do periférico a mais verdadeira e contundente linha de fuga. Não mais para fugir do sistema ou reinventar um mundo. Mas sim para fazer de seu mundo um lugar legítimo de angústia e de potência.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel. *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado – Sociologia Urbana), USP.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis - punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.
- ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia e SPOSITO, Marília (orgs.). *Juventude em debat..* São Paulo, Cortez, 2000.
- ADÃO, Sandra Regina. *Movimento hip hop: a visibilidade do adolescente negro no espaço escolar*. Santa Catarina, 2006. Dissertação (Mestrado – Educação).
- AZEVEDO, Antonia Vasconcelos Dias de. *Lazer para Universitários?* Rio de Janeiro, 1978. Tese (Doutorado – Serviço Social) PUCRJ.
- BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BERCOVICH, Alícia e MADEIRA, Felícia Reicher. A Onda Jovem e Seu Impacto na População Economicamente Ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 8, dez. 1992.
- BIVAR, Antonio. *O Que é Punk*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BORELLI, Sílvia Helena Simões e FREIRE FILHO, João. *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC/CNPq/ECO/POS, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. De quoi parle-t-on quand on parle du “problème de la jeunesse”? In: PROUST, François (org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV, p. 229-235, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción*. Madrid: Taurus, 1988.
- BRANDÃO, A. C. e DUARTE, M. F. *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo: Moderna, 2004.
- CAIAFA, Janice. *A invasão dos bandos sub: movimento punk na cidade*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado – Antropologia), UFRJ.
- CALLEGARO, Carlos Augusto. *Juventude (s) e Escola: suas culturas em diálogo*. Santa Catarina, 2007. Dissertação (Mestrado – Educação) UFSC.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CANEVACCI, M. Polifonia dos silêncios. *Matrizes*, v.1, n.2, p.107-119. Jan./jun. 2008.
- CARMO, Paulo Sergio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Senac, 2003.

- CASTRO POZO, Maritza U. Lo juvenil en lo etnico. Jóvenes indios en la sociedad mexicana contemporánea. Trabalho apresentado no *II Congreso Latinoamericano de Antropología (ALA)*. Universidade de Costa Rica. San Jose da Costa Rica: 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COSTA, Maria Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CRAIDE, Sabrina. Mais de 70% dos jovens brasileiros não têm nível de educação para conseguir emprego, diz BID. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/10/27/ult5772u1276.jhtm> [acesso em 27out08].
- DIAS, Lucy. *Anos 70: Enquanto corria a barca*. São Paulo: SENAC, 2004
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FERREIRA, Tânia Maria Ximenes. *Hip Hop e educação: mesma linguagem, múltiplas falas*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado – Educação), UNICAMP.
- FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972.
- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- FREIRE FILHO, João. *Reinvenções da resistência juvenil. Os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- GARCIA, Dirce Maria Falcone. *Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado – Sociologia da Educação), UNICAMP.
- GIARD, Luce. História de uma pesquisa In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-32.
- GOUVEA, Gilda Figueiredo Portugal. *O comportamento do estudante: um estudo do radicalismo e do conformismo*. São Paulo, 1971. Dissertação (Mestrado – Sociologia), USP.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GUERREIRO, Goli. *Retratos de uma tribo urbana: rock brasileiro*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico*. Brasil: 2000.
- IANNI, Octavio. O Jovem Radical. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- IBASE/PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação esferas e políticas públicas – relatório final*. Novembro, 2005. <http://www.polis.org.br/>; <http://www.ibase.br/>
- LEAO, Lúcia. *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo, Annablume, 2004.
- LIMA, Marília Patelli Juliani de Souza. *A atual crise social e os jovens da Região Metropolitana de São Paulo: Desemprego, Violência e Hip Hop*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado – Desenvolvimento Econômico), UNICAMP.
- LODI, Célia Amália. *Manifestações Culturais Juvenis: O Hip Hop está com a palavra*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado – Psicologia), PUC-RJ.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- MANTECON, Ana Rosas. Los estudios sobre consumo cultural en México. *En publicacion: Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Daniel Mato, CLACSO, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús e REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MARTINS, Luciano. *A 'Geração AI-5': um ensaio sobre autoritarismo e alienação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *ANPED*. São Paulo, vol. 5 e 6, p. 134-150, maio/dez, 1997.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*. Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- MOTTA, Gonzaga. *Jovem Te Quero Jovem*. Humanidades. Brasília, Universidade de Brasília, 14, 1986.
- NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade*. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo, Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004.
- NOVAES, Regina, PORTO, Marta e HENRIQUES, Ricardo (orgs.). Juventude, Cultura e cidadania. *Comunicações do ISER - número especial*. Rio de Janeiro: ISER, 2002.
- NOVAES, Regina. Hip Hop: o que há de novo? In: BUARQUE, Cristina et alii. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. GT Gênero - Plataforma Novib / SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.
- OLIVEIRA, Rita C. Alves. *Lendo a metrópole comunicacional: culturas juvenis, estéticas e práticas políticas*. Dialogos de la comunicación, v. n 75, p. x, 2007 (http://www.dialogosfelafacs.net/75/articulo_resultado.php?v_idcodigo=49&v_idclase=10)
- OLIVEIRA, Tiago Lopes de. *A situação atual do trabalho juvenil: a juventude e as exigências sociais para o seu ingresso no mercado de trabalho*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado – Psicologia Social) PUC-SP.
- ORSINI, Maria Stella Orsini. *Juventude paulista: suas atitudes e sua imagem, estudo sobre a representação social da juventude*. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado – Psicologia) USP.
- PAOLI, Maria Célia. Dossiê Movimento Estudantil Hoje. In: *Desvios*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- QUEIRÓS, Danielly dos Santos. *Jovens e Valores: a construção de projetos de vida*. Brasília, 1999. Dissertação (Mestrado – Sociologia), UNB.
- REGUILLO, Rossana. Ciudadanías juveniles em América Latina. *Última Década*. Viña del Mar. Chile: 2003.
- ROCHA, Rose de Melo. Comunicação e consumo: por uma leitura política dos modos de consumir. BACCEGA, Maria Aparecida (org.). *Comunicação e culturas do consumo*. São Paulo: Atlas, 2008. (capítulo de livro no prelo).
- RODRIGUES, Alberto Tosi. Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 7, n. 1, p.138-144, 1993.
- SANTOS, Ana Cláudia dos. *Trajetórias juvenis para ganhar a vida*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado – Sociologia) PUC-SP.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo - cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes e PERALVA, Angelina (org.). Juventude e contemporaneidade - *Revista Brasileira de Educação*. 5/6. ed. São Paulo: ANPED, 1997. vol. 2.
- SPOSITO, Marília Pontes. Percepções sobre jovens nas políticas públicas de redução da violência em meio escolar. *Pro-Posições* (Unicamp). Campinas, v. 13, n. 3, p. 71-84, 2002.
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos Sobre Juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 5/6, n. 5, p. 37-52, 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação. *Educação em Revista* (UFMG). Belo Horizonte, v. 26, p. 7-14, 1999.

SPOSITO, Marília. Pontes. Jovens e Educação - Novas Dimensões da Exclusão. Em *Aberto*, Brasília, v. 55, n. 55, p. 43-52, 1992.

STOPPA, Edmur Antonio. *Tá ligado mano: o hip hop como lazer e resgate da cidadania*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado – Educação), UNICAMP.

SUNKEL, Guillermo. Una mirada otra. La cultura desde el consumo *En publicación: Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Daniel Mato, CLACSO, 2002.

TEDRUS, Maria Aparecida Lealdini. *Jovens: trabalho nas ruas experiências de sociabilidade*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado – Educação), USP.

VILLELA, Alice e MULLER, Regina. Os jovens assurini do Xingu e o mundo dos brancos. Trabalho apresentado no *II Congresso Latinoamericano de Antropologia (ALA)*. Universidade de Costa Rica. San Jose da Costa Rica: 2008.

VITTI, V. Taciana. *Jovens Kamaiura no século XXI*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado – Ciências Sociais), PUCSP.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. *O vestibulando e a cultura legítima – análise do estudante brasileiro dentro do processo de urbanização*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado – Sociologia), USP.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1997.

ANEXO 1

FONTES CONSULTADAS NA ELABORAÇÃO DO “ESTADO DA ARTE” (1960 a 2000)

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. FREITAS, Maria Virginia de. SPOSITO, Marília Pontes (orgs). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond, 1999.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (org). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

ALMEIDA, Mariane Tojeira Cara. *A marca na moda jovem: a relevância da experiência colateral na eficácia comunicativa da marca*, São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado – Comunicação e Semiótica) PUC-SP.

ALMEIDA, Miguel Renato de. *Favela, arte e juventude: pensando a relação entre ações artístico-culturais e identidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*, Minas Gerais, 2006. Dissertação (Mestrado-Sociologia) PUC-MG.

ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (orgs). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

ANDRADE, Carla Coelho de. *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*, Brasília, 2007. Tese (Doutorado-Antropologia) UNB.

BEOZZO, José Oscar e FREITAS, Maria Virginia de. *Curso de Verão - Ano XXI: juventude: caminhos para outro mundo possível*, São Paulo: CESEP: Paulus, 2007.

BORELLI, Silvia Helena Simões e ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves (coord). *Jovens urbanos: concepções de vida e morte, experimentação da violência e consumo cultural*. São Paulo: Paulinas, 2009. (no prelo)

BORELLI, Silvia Helena Simões e RAMOS, Jose Mario O. Os office-boys e a metrópole: lutas, luzes e desejos. *Desvios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. n. 4. Julho/1985.

BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo; OLIVEIRA, Rita Alves et alli. *Viver e morrer na metrópole. Jovens, experiências urbanas, nomadismos*. 2007 (livro no prelo).

BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. *Vivendo a sociedade alternativa: Raul Seixas no panorama da contracultura jovem*, São Paulo, 2006. Tese (Doutorado-História Social) USP.

BRANDÃO, Zuleika de Paula. *Leia o livro, veja o filme, compre o disco: a produção cinematográfica juvenil brasileira na década de 1980*, São Paulo, 2005. Tese (Doutorado - Multimeios), UNICAMP.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Além da pele: um olhar antropológico sobre a body modification em São Paulo*, São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado-Antropologia Social), UNICAMP.

CALIMAN, Geraldo. *Paradigmas da exclusão social*, Brasília: UNESCO: UNI TWIN Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade: Universa, 2008.

CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.

CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARMINATI, Fabio. *Juventude e Rebeldia: Ações Coletivas Contemporâneas e a Produção e Reprodução do Projeto de Militância de Esquerda*, Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado-Sociologia Política), UFSC.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da Rebeldia*. São Paulo: SENAC, 2003.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

- CARVALHO, Giane Carmem Alves de. *A Corda Bamba: Violência Juvenil e Políticas Públicas*, Santa Catarina, 2004. Dissertação (Mestrado-Sociologia Política) UFSC.
- CASTRO, Ruy. *Ela é carioca*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil (1964-1980)*, São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado – Educação), UNICAMP.
- CECCHETTO, Fátima Regina. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- COPA, Cristina Suarez Velásquez. *Da formação de grupos à ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema*, São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado- Ciências Florestais) USP.
- CORRÊA, Luiz Otávio. *Clube da Esquina e Belo Horizonte: romantismo revolucionário numa cidade de formação ambígua*, Minas Gerais, 2002. Dissertação (Mestrado-Sociologia) PUC-MG.
- COSTA, Márcia Regina da. *Culturas Juvenis, Globalização e Localidades*. Educ, 2006.
- CUNHA, Maria Amália de Almeida. *Trajetos Sinuosos: o Bairro, a Família e a Juventude a um só tempo*, São Paulo, 2003. Tese (Doutorado-Educação) UNICAMP.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Corações Rastafari: lazer, política e religião em Salvador*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social), UFRJ.
- DAL, Fábio Molin. *Redes Sociais e Micropolíticas da Juventude*, Rio Grande do Sul, 2007. Tese (Doutorado-Sociologia) UFRGS.
- DALLA DEA, Hilda Regina Ferreira (org). *Você tem sede de que? : entre a cervejinha e o alcoolismo: prevenção do uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes - possibilidades e limites*, São Paulo: Musa: FAPESP, 2007.
- DIAS, Maria Dionísia do Amaral. *A saúde de trabalhadores jovens como indicador psicossocial da dialética exclusão/inclusão: estudo de caso com jovens operárias em indústrias de confecção*, São Paulo, 2007. Tese (Doutorado - Psicologia Social) PUC-SP.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998.
- EHLERS, Carla Janaína Abrão. *A constituição da juventude no contexto familiar*, Santa Catarina, 2007. Dissertação (Mestrado-Educação), UFSC.
- FABIAN, Roberto. *JOC (Juventude Operária Católica): da submissão à contestação*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado – História) PUC-SP.
- FEIJÓ, Marianne Ramos. *A família e os projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação*, São Paulo, 2008. Tese (Doutorado – Serviço Social) PUC-SP.
- FEITOSA, Sara Alves. *Televisão e Juventude sem terra: mediações e modos de subjetivação*, Rio Grande do Sul, 2007. Dissertação (Mestrado-Educação) UFRGS.
- FELIX, Fabíola Angarten. *Juventude e estilo de vida: cultura de consumo, lazer e mídia*. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado – Sociologia), UNICAMP.
- FIÚZA, Sílvia Regina de Almeida. *Moralidade e sociabilidade contribuição para uma antropologia da juventude*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social), UFRJ.
- FLÓRIO, Marcelo. *A sedução da moral: Igreja Católica e Juventude Operária Católica - São Paulo, 1940/1950*, São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado – Antropologia) PUC-SP.
- FONTANARI, Ivan Paolo de Paris. *Rave à margem do Guaíba: música e identidade jovem na cena eletrônica de Porto Alegre*. Rio Grande do Sul, 2003. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social), UFRGS.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In. SALES, Míone Apolinário. MATOS, Maurilio Castro de. LEAL, Maria Cristina.(orgs) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

- FREITAS, Maria Virgínia. *Jovens no Ensino Supletivo: Diversidade de Experiências*, São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado – Educação), USP.
- GROPPO, Luís Antonio. *Uma Onda Mundial de Revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Unimep, 2005.
- GROPPO, Luis Antonio. *Juventude– ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, Luis Antonio. *O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil: a participação da música pop-rock na transformação da juventude em mercado consumidor de produtos culturais, destacando o caso do Brasil e os anos 80*, São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado-Sociologia) UNICAMP.
- GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escola, galera e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- GUIMARÃES, Maria Eloísa Guimarães. Juventude(s) e periferia(s) urbanas. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n 5-6, p. 199-208, maio/dez, 1997.
- GUIMARÃES, Viviane Melo de Mendonça Figueiredo. *Meninas do graffiti: educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado – Educação), UNICAMP.
- GULLO, Alvaro de Aquino e Silva. *Parâmetros do gosto preferências da juventude escolarizada: uma interpretação da exposição aos meios de comunicação sonoros, visuais e impressos*, São Paulo, 1986. Tese (Doutorado – Educação), USP.
- HACK, Cássia. *Lazer e mídia em culturas juvenis: uma abordagem da vida cotidiana*. Santa Catarina, 2005. Dissertação (Mestrado – Educação), UFSC.
- HAUSSEN, Luciana Fagundes. *"Deu pra ti, anos 70" e "A festa nunca termina" (24 hour party people) - representações da juventude no cinema*, Rio Grande do Sul, 2008. Dissertação (Mestrado-Comunicação Social) PUC-RS.
- HEILBORN, Maria Luiz. *Conversa de portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social), UFRJ.
- HERSCHMANN, Micael. Música, juventude e violência urbana: o fenômeno funk e rap. *Comunicação e Política: mídia, drogas e criminalidade*, n.s., v.1, n. 2. 1995.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- IBASE/PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação esferas e políticas públicas – relatório final*. Novembro, 2005.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva e FRAGA, Paulo César Pontes (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- JANOTTI, Junior Jeder Silveira. *Heavy metal: o universo tribal e o espaço dos sonhos*, São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado - Artes) UNICAMP.
- JEOLAS, Leila Sollberger. *Risco e prazer: os jovens e o imaginário da AIDS*, Londrina, PR: Eduel, 2007.
- KEMP, Kenia. *Grupos de estilo jovens: o Rock Underground e as práticas (contra) culturais dos grupos punk e trash em São Paulo*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado – Sociologia Urbana), UNICAMP.
- LEAL, Antonio Donizeti. *Trajetórias e Resistência: Análise da Construção de Identidade em Jovens em Condição de Rua*, São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado-Educação) UNICAMP.
- LIMA, Donizeti José de. *Só sangue bom: construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil*, Rio Grande do Sul, 2003. Dissertação (Mestrado-Educação), UFSC.
- LIMA, Rafaela. *Mídias comunitárias, juventude e cidadania* (org.), MG, Autêntica, 2007.
- LOURENÇO, Cleber Luiz. *Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil*. Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado – Sociologia), UNICAMP.

- MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe-memórias do tempos do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MADEIRA, Felícia R Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa São Paulo*, n. 58, p. 15-48, agosto 1986.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor e SOUZA, Bruna Mantese, (organizadores). *Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- MAIA, Carla Valéria Vieira Linhares. *Entre gingas e berimbaus: um estudo de caso sobre culturas juvenis, grupos e escola*, Minas Gerais, 2004. Dissertação (Mestrado-Educação), PUC-MG.
- MARQUES, Maria Elizabeth. *Formação e crise da juventude operária católica: o movimento em Minas Gerais, 1935-1968*. Minas Gerais, 1986. Dissertação (Mestrado – Ciência Política), UFMG.
- MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. *Jovens na escola noturna - uma nova presença*, São Paulo, 1995. Tese (Doutorado-Educação) USP.
- MELLO, Eliana Dable de. *Juventude e Utopia: experiências nas varandas de uma escola pública*, Rio Grande do Sul, 2004. Dissertação (Mestrado-Psicologia Social) UFRGS.
- MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*. n. 5 e 6 , 1997.
- MENDEZ, Emilio Garcia. Evolução histórica do Direito da Infância e da Juventude. In: ILANUD; ABMP; SEDH;UNFPA (Orgs.) *Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo, 2006.
- MENESES, Branca Maria de. *Juventude, trabalho e formação: um estudo com jovens das camadas populares*, São Paulo, 2007. Tese (Doutorado – Psicologia Social) PUC-SP.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*, São Paulo, 2006. Tese (Doutorado – Psicologia Social) PUC-SP
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Juventude e Movimento Estudantil: O "Velho" e O "Novo" na Militância*, Rio Grande do Sul, 2001. Dissertação (Mestrado - Ciência Política), UFSC.
- MESQUITA, Marcos Roberto. *O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pos 1990*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado – Sociologia), UNICAMP.
- MONTEIRO, Tânia Maria G. e S. *Passagem e Juventude*, Pernambuco, 1988. Dissertação (Mestrado - Psicologia), UFPE.
- MORENO, Rosângela Carrilo. *As mutações da experiência militante: um estudo a partir do movimento hip hop de Campinas*, São Paulo, São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado-Educação) UNICAMP.
- NAKANO, Marilena. *Jovens: vida associativa e subjetividade - um estudo dos jovens do Jardim Oratório*, São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado-Sociologia) USP.
- NOGUEIRA, Rosana Maria César Del Picchia de Araújo. *Violências nas escolas e juventude: um estudo sobre o bullying escolar*, São Paulo, 2007. Tese (Doutorado – Educação) PUC-SP.
- NOVAES, Regina. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Fundação Friederich Ebert, 2006.
- NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho(orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas - São Paulo: Conselho Nacional de Juventude. Fundação Friedrich Ebert, 2006.*
- OLIVEIRA, Carmén Silveira de. *Sobrevivendo no inferno - a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- PENTEADO, Hildebrando Cesário. *Fanzine: Expressão Cultural de jovens em uma escola da periferia de São Paulo*, São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais) PUC-SP.
- PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. In: *Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade*. n. 5 e 6 , 1997.

PEREIRA, Angélica Silvana. *Somos expressão, não subversão! A gurizada punk em Porto Alegre*, Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado - Educação) UFRGS.

PESQUISA DATAFOLHA. O Jovem do Século XXI - perfil do jovem brasileiro. Folha de São Paulo. Folha de SP. Julho, 2008.

PIMENTA, Melissa de Mattos. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*, São Paulo, 2007. Tese (Doutorado-Sociologia) USP.

POCHMAN, Marcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil – as transformações nos anos 1990. *Revista Movimento*, 2000.

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Cecília de Carvalho. *Dança de Rua: Lazer e Cultura Jovem na Restinga*. Rio Grande do Sul, 2004. Dissertação (Mestrado – Educação), UFRGS.

REIS, Eliana Tavares dos. *Juventude, intelectualidade e política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70*. Rio Grande do Sul, 2001. Dissertação (Mestrado-Ciência Política) UFRGS.

RESENDE, Cláudia Barcellos. *Nos embalos de sábado à noite juventude e sociabilidade em camadas médias cariocas*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social), UFRJ.

RIBES, Sandra Crochemore. *Histórias de vida: saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes*. Santa Catarina, 2005. Dissertação (Mestrado – Educação), UFSC.

ROSATELLI, Luiz Andre Carrieri. *Ateliê de vídeo e cultura juvenil: um estudo de caso sobre aprendizagem e socialização de jovens urbanos de segmentos populares através das tecnologias do vídeo digital*. São Paulo 2007. Dissertação (Mestrado-Educação) USP.

RYOKI, André, ORTELLADO, Pablo. *Estamos vencendo! : resistência global no Brasil*. São Paulo, Conrad, 2004.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Ceará, 2003. Tese (Doutorado – Educação), UFC.

SANTOS, Lisiane Gazola. *Sons das Tribos: compondo indidentidades juvenis em uma escola urbana de Porto Alegre*, Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado-Educação) UFRGS.

SANTOS, Tânia Steren dos. *Realidade e concepção de mundo de dois setores da juventude brasileira: universitários e operários*. Rio Grande do Sul, 1983. Dissertação (Mestrado – Antropologia), UFRGS.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001.

SCHMIDT, Saraí Patrícia. *Ter Atitude: escolhas da juventude líquida: um estudo sobre mídia, educação e cultura jovem global*. Rio Grande do Sul, 2006. Tese (Doutorado-Educação) UFRGS.

SILVA, Cristiane Aparecida Fernandes da. *Trabalho e Quimeras: dilema vivido pelo jovem operário*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado – Educação), USP.

SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. *Ideário do movimento estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968: utopias e desencantos*. Minas Gerais, 2001. Dissertação (Mestrado – Ciências Sociais), PUC-MG.

SILVA, Rodrigo Lages e. *Lógica Identitária e Paradigma Preventivo: o Hip Hop e a construção da periferia como problema social*. Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado - Psicologia Social) UFRGS.

SILVA, Rogério Oliveira. *Violência e Juventude: um estudo de representações sociais em Uberlândia-MG*. Brasília, 2007. Dissertação (Mestrado-Sociologia), UNB.

SILVA, Vanda Aparecida da. *Eles não têm nada na cabeça...: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado-Educação), UNICAMP.

SOLTAU, André Marcos Vieira. *Jovens nômades em fronteiras fixas: juventude e escola*. Santa Catarina, 2004. Dissertação (Mestrado-Educação), UFSC.

SOUSA, Janice T. Ponte de. *Reinvenções da Utopia - a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Haecker, 1999.

SOUSA, Janice T. Insurgências Juvenis e as novas narrativas contra o instituído. *CADERNOS DE PESQUISA*, PPGSP, 2002.

SOUSA, Janice T. *Juventude, contestação e a política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis*. Santa Catarina, Mimeo, 2005.

SOUSA, Lúvia Mesquita de. *Significados e Sentidos das Casas Estudantis: Um estudo com Jovens Universitários*. Goiás, 2005. Dissertação (Mestrado-Psicologia) UNCGO.

SOUZA, Péricles Luiz Sales de. *Vivências sexuais de um grupo de jovens da região metropolitana do Recife*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado – Educação), UNICAMP.

SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: cultura e protesto, as mutações ideológicas de uma comunidade juvenil subversiva São Paulo 1983/1996*. Araraquara, 1997. Dissertação (Mestrado – História), UNESP.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Regina Magalhães. *O Discurso do Protagonismo Juvenil*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado – Sociologia) USP.

SPOSITO, Marília Pontes e CORROCHANO, Maria Carla, A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social* v.17 n.2 São Paulo nov. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, v.5, n.1 e 2.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues Juventude e políticas públicas no Brasil In: LEÓN, Oscar Dávila (Ed.) *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

STOELBEN, Isabel Cristina Velasques. *Juvenilidade, saber e violência: uma leitura da realidade escola*. Rio Grande do Sul, 2003. Dissertação (Mestrado-Educação), UFRGS.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado-Sociologia) USP.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas, SP: Autores Associados/ANPOCS, 1996.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Shorts cuts: histórias de jovens, futebol e condutas de risco. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5-6, p. 209-21, maio/dez. 1997.

TOREZAN, Sonia Aparecida Bortolotto. *Ser jovem em meio a violência : identidade x singularidade no confronto com a lei*, São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado-Educação) UNICAMP.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: O Diálogo é a Violência - Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Unicamp, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Hermano (org). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

VIEIRA, Jadcely Rodrigues. *Jovens assentados rurais: um estudo sobre os valores e as aspirações de jovens num contexto de assentamento rural*. Campinas, 2002. Tese (Mestrado – Serviço Social), UNICAMP.

VITTI, Vaneska Taciana. *Jovens Kamaiúra no século XXI*, São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado – Antropologia), PUC-SP.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. São Paulo/Campinas: Escuta/Editora da Unicamp, 1994.

Videografia

Motoboys: Vida Loka. Direção: Caíto Ortiz, Brasil, 2002.

Sou Feia, Mas Estou na Moda. Direção: Denise Garcia, Brasil, 2005.

O que é isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto, Brasil, 1997.

PANORAMA - arte na periferia. Direção: Peu Pereira, Brasil, 2006.

Porque Lutamos! Resistência à ditadura militar. Direção: Fernanda IKEDO, Brasil, 2007.

Webgrafia

BARBOSA, Fernanda. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u397008.shtml>. Folha Online, abril, 2008. Acesso em 01/07/2008

COTES, Paloma. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG73077-6014,00-PUNKS+NO+JARDIMDEINFANCIA.html>. Revista Época, fevereiro, 2006, Acessado em 19/05/2008.

Edição Especial JOVENS. http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2003/p_018.html. REVISTA VEJA. Julho, 2003. Acesso 12/08/2008

FOLHA ONLINE. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u361630.shtml>. Janeiro, 2008. Acesso 15/1/2008

ITAÚ CULTURAL. http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/. Acesso 13/02/2008.

SOBRINHO, Wanderley Preite. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396975.shtml>. Folha Online, abril, 2008. Acesso 30/4/2008.

TERMERO, Maíra. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG60817-6014,00.html>. Revista Época, outubro, 2003. Acesso 27/04/2008

WERLANG, Flávia. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2707200802.htm>. No Rio, tráfico vende o crack já misturado com a maconha. Folha de SP, julho, 2008. Acesso 27/07/2008.

Marcos Legais

Ato Institucional 1 de 09/04/64 – Transfere poderes aos militares e suspende por dez anos os direitos políticos de cidadãos que tiverem seus direitos políticos cassados.

Ato Institucional 2 de 27/10/65 – dissolve os partidos políticos e confere ao executivo poderes para caçar mandatos e decretar o estado de sítio sem prévia autorização do congresso. Estabelece eleição indireta para presidência da república transformando o Congresso em colégio eleitoral. Pelo Ato Complementar nº 4, de nov/65, institui o sistema bipartidário no país, criando a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Ato Institucional 3 de 05/02/66 – As eleições para governadores de estado passam a ser indiretas.

Ato Institucional 4 de 07/12/66 – Convocação para a promulgação da 5ª Constituição do país e 4ª da república, que traduz a ordem estabelecida pelo regime militar e institucionaliza a ditadura.

Ato Institucional 5 de 13/12/68 – O presidente da república pode decretar: estado de sítio; o fechamento do congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais; intervenção nos estados e municípios; suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos; cassar mandatos eletivos; suspensão das garantias constitucionais de vitalidade, mobilidade e estabilidade e exercícios de funções; suspensão da garantia de habeas corpus em crimes políticos; controle dos meios de comunicação.

Ato Institucional 6 de 01/02/69 – Redefine a competência de funções dos integrantes dos três poderes.

Ato Institucional 7 de 26/02/69 – Dispõe sobre os subsídios e ajuda de custo dos deputados estaduais e vereadores, limita o número de sessões extraordinárias das assembleias legislativas, suspende quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos federais, estaduais e municipais.

Ato Institucional 8 de 02/04/69 – Atribui ao poder executivos dos estados e dos municípios com mais de duzentos mil habitantes realizarem, por decreto, reformas administrativas.

Ato Institucional 9 de 25/04/69 – Estabelece normas para a execução fiscal da reforma agrária.

Ato Institucional 10 de 16/05/69 – Amplia a extensão dos atos de suspensão dos direitos políticos ou cassação dos mandatos eletivos expressos pelos AI-1, 2, 5 e 6.

Ato Institucional 11 de 14/08/69 – Estabelece data única para a eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que haviam sido suspensas pelo AI-7.

Ato Institucional 12 de 31/08/69 – Estabelece a junta militar para substituir o marechal Arthur da Costa e Silva no cargo de presidente da república por motivos de saúde.

Ato Institucional 13 de 05/09/69 – Estabelece o banimento do território nacional para brasileiros que se tornarem inconvenientes, nocivos ou perigosos à segurança nacional.

Ato Institucional 14 de 05/09/69 – Estabelece a pena de morte, prisão perpétua, banimento e confisco para guerra revolucionária ou subversiva.

Ato Institucional 15 de 09/09/69 – Regula as eleições para prefeitos e vice-prefeitos de cidades sob intervenção federal.

Ato Institucional 16 de 14/10/69 – Declara a vacância do cargo de presidente da república, visto que seu titular, marechal Arthur da Costa e Silva encontra-se inabilitado para exercê-lo, por motivo de doença.

Ato Institucional 17 de 14/10/69 – Prevê com transferência para a reserva os militares que atentem contra a coesão das forças armadas em atos de rebeldia às ordens dadas.

Lei nº 4.464 de 09/11/64 – Lei Suplicy de Lacerda. Define as entidades permitidas (Diretório Acadêmico - DA, Diretório Central dos Estudantes – DCE, Diretório Estadual dos Estudantes – DEE e o Diretório Nacional dos Estudantes – DNE), suas atribuições e como se dariam as eleições.

Decreto-Lei 228 de 28/02/67 – Revogou a Lei nº 4.464 e reformulou a representação estudantil. Extinguiu os DEE's e o DNE.

Decreto-Lei nº 477 de 26/02/69 – Trata das infrações (atos de subversão ou terrorismo) cometidas por professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Lei nº 5.250 de 09/02/67 – Lei de imprensa (censura) e veículos de comunicação.

Lei nº 6.683 de 28/08/79 – Lei da Anistia.

Lei nº 7.395 de 31/10/85 – Legaliza os CA's e reconhece a UNE como entidade representativa do conjunto dos estudantes.

Constituição da República Federativa do Brasil – 1967

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

Lei nº 7.853 de 18/05/89 – Apóia as pessoas portadoras de deficiência.

Lei nº 8.242 de 05/11/91 – Estabelece o Conselho Nacional dos Direitos da Criança – Conanda.

Lei nº 8.069 de 13/07/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Lei nº 8.642 de 14/04/93 – Programa Nacional de Atendimento Integral à Criança e Adolescente – Pronaica.

Lei nº 9.394 de 20/12/96 – Diretrizes e bases da educação nacional - LDBN

Lei nº 11.129 de 30/06/05 – Estabelece o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Projovem.

Lei nº 11.180 de 23/09/05 – Estabelece o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Educação Tutorial (PET) e reforma a Consolidação do Trabalho (CLT).

Programa Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Programa Centros da Juventude – Ministério da Assistência e Previdência Social.

Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano - Ministério da Assistência e Previdência Social.

Programa Bolsa Atleta – Ministério do Esporte.

Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte.

Programa Jogos da Juventude – Ministério dos Esportes e Turismo.

Programa Esporte Solidário – Ministério dos Esportes e Turismo.

Programa Olimpíadas Colegiais – Ministério do Esporte e Turismo.

Programa Navegar – Ministério do Esporte e Turismo.

Programa Brasil Alfabetizado – Ministério da Educação.

Programa Escola Aberta – Ministério da Educação.

Programa Escola de Fábrica – Ministério da Educação.

Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Ministério da Educação.

Programa Juventude e Meio Ambiente – Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente.

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Ministério da Educação.

Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – Ministério da Educação.

Programa Universidade para Todos (Prouni) – Ministério da Educação.

Programa Saberes da Terra – Ministério da Educação.

Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G) – Ministério da Educação.

Programa Escola Jovem – Ministério da Educação.

Programa Nossa Primeira Terra – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Programa Pronaf Jovem – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Programa Cultura Viva – Ministério da Cultura.

Programa nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) – Ministério do Trabalho e Emprego.

Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) – Ministério do Trabalho e Emprego.

Programa de erradicação do Trabalho infantil (PETI) – Ministério do Trabalho e Emprego.

Programa Jovem Empreendedor – Ministério do Trabalho e Emprego.

Projeto Rondon – Ministério da Defesa.

Programa Soldado Cidadão – Ministério da Defesa.

Programa Saúde do Adolescente e do Jovem – Ministério da Saúde.

Programa Serviço Civil Voluntário – Ministério da Justiça.

Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei – Ministério da Justiça.

Programa de Direitos de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil – Ministério da Justiça.

Programa Prêmio Jovem Cientista – Ministério da Ciência e Tecnologia.

Programa Prêmio Jovem Cientista do Futuro - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Programa Brasil em Ação - Grupo Juventude – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Programa de Alfabetização Solidária – Presidência da República/ Conselho Comunidade Solidária.

Programa Capacitação Solidária - Presidência da República/ Conselho Comunidade Solidária.

Programa Comunidade Solidária – Presidência da República/ Conselho Comunidade Solidária.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) – Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Trabalho e Emprego.

Guia de Políticas Públicas de Juventude.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Declaração dos Direitos da Criança

Convenção Sobre os Direitos da Criança

Texto base conferencia de juventude - Governo Federal

Materiais cedidos

Encontros Regionais - Políticas Públicas de Juventude - Material cedido pela Mariana Montoro Jens, coordenadora de Programas para Juventude do Estado de São Paulo.

Subsídios para a construção de uma política de juventude - um balanço da atuação governamental - Material cedido por Edison Pistori - Coordenador-executivo da Conferência Nacional da Juventude

I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude de São Paulo - Material entregue na I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude de São Paulo com o cronograma de atividades e resumo das propostas de todos os municípios paulistas.